



XV LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2023-2024)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE SETEMBRO DE 2023

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Augusto Ernesto Santos Silva](#)

Secretárias: Ex.^{mas} Sr.^{as} [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)
[Lina Maria Cardoso Lopes](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Helga Alexandra Freire Correia](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 893 a 895 e 905/XV/2.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 878/XV/1.^a e 880/XV/2.^a

Na abertura do debate da Moção de Censura n.º 3/XV/2.^a (CH) — Ao XXIII Governo Constitucional — Por um País decente e justo, pelo fim do pior Governo de sempre, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e o Primeiro-Ministro (António Costa).

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, eu compreendo. Depois daquilo que se passou até agora no debate, de facto, o PS praticamente não precisava de falar hoje.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, tinha preparado uma intervenção que começava com a frase: «Esta moção de censura não acrescenta nada à vida dos portugueses». Mas, Sr. Primeiro-Ministro, há quem diga que «uma imagem vale mais do que mil palavras». Ora, depois de ver hoje a direita a discutir esta moção de censura, devo dizer que a imagem é clara: não há alternativa ao PS, pelo que a nossa responsabilidade, que os portugueses nos outorgaram, é ainda maior.

Aplausos do PS.

Não há alternativa. Este conjunto de partidos à nossa direita não tem política, não tem opções que consigam ser minimamente convergentes.

Para que o País tenha isso hoje, neste momento difícil em que atravessamos uma guerra, em que a inflação está a ter um forte impacto na vida dos portugueses, a alternativa é mais PS, é mais Governo PS, é mais PS para governar este País e ultrapassar esta crise.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais PS?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais ainda?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, olhando para este debate até agora, há algo que é uma ilustração clara de como a oposição se posiciona politicamente.

A Iniciativa Liberal é contra, mas vota a favor. Por isso, os portugueses em casa serão capazes de interpretar um partido que se contradiz no voto quando faz uma afirmação de oposição à oportunidade da moção de censura.

A extrema-direita parlamentar, já sabemos, dentro de 12 meses, em setembro de 2024, estará aqui a apresentar outra moção de censura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se ainda houver Governo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É algo que repete continuamente.

Esgotou a sua oportunidade desta Sessão Legislativa, estaremos aqui em setembro e eu faria uma aposta, que ganharia, seguramente, pois o Dr. André Ventura, Sr. Deputado, estará aqui a dizer mais ou menos o mesmo.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Nessa altura, o Pedro Nuno Santos já estará no teu lugar!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O PSD não se mexe. A Iniciativa Liberal não é suficiente. E a salvação do País, veja bem, é a extrema-direita antissistema democrático com um discurso racista e xenófobo.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, terei gosto em repetir, para verem que não era um insulto, era apenas uma constatação. Disse: a extrema-direita, antissistema democrático, com discurso racista e xenófobo.

Aplausos do PS.

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Continuando, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sobra o maior partido da oposição, que sabemos que hoje se abstém. Abstém-se, aqui, quando tinha a melhor oportunidade — que lhe foi dada pela extrema-direita parlamentar — para se distinguir de vez desta forma de fazer política.

Este PPD/PSD vem hoje a debate e não fala sequer da moção de censura. Passou ao lado do debate. O meu colega Deputado Miranda Sarmento quis falar de outras coisas, quis fugir ao incómodo.

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — Falámos do País!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas, há que dizê-lo, a grande notícia deste debate é que a extrema-direita parlamentar decidiu fazer uma espécie de cheque ao rei da oposição,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ao rei?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... usando uma ilustração do xadrez.

Assim, a única coisa que os portugueses querem saber hoje é se o PPD/PSD se distingue da extrema-direita parlamentar ou se, envergonhadamente, se abstém.

Devo dizer que a extrema-direita parlamentar, quando apresentou esta moção, falou de um conjunto de temas. Por exemplo, apresentou uma moção de censura e falou de rendimentos. Se esta moção de censura passasse, iríamos interromper aquilo que temos de começar dentro de dias: a discussão orçamental. Onde é que estava o aumento do salário mínimo, para os portugueses que estão lá em casa? Não iria ocorrer. Onde é que estava a redução de IRS planeada e apresentada pelo Governo neste Parlamento? Não iria ocorrer. Onde é que estava a redução do preço dos passes e os passes gratuitos para estudantes com menos de 23 anos? Não iria acontecer!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deram passes, mas não há comboios!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Era uma moção de censura contra os portugueses! O PSD abstém-se. Mas, há mais, por exemplo, em relação ao SNS, estamos a discutir uma reforma importante. Aliás, deixo esta pergunta, Sr. Primeiro-Ministro: estamos a negociar com os médicos, qual é o impacto das negociações nos rendimentos, nos salários dos médicos?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas quais negociações?! Eles bateram com a porta! Não há negociações!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estamos a discutir uma reforma importante. O que é que iria acontecer se a moção de censura passasse? Parava a reforma, parava essa negociação de salários com os médicos.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Relativamente à habitação, o que é que ia acontecer se a moção de censura passasse?! Nós temos não só o Mais Habitação, mas há também a construção de políticas de apoio às rendas e ao pagamento de prestações aos bancos que o Governo está a desenvolver. Se a moção de censura passasse, parava, mais uma vez.

E, devo dizer, a extrema-direita voltou a falar de 1972 — 1972 será um excelente ano, mas foi antes do 25 de Abril de 1974.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — 1972 é antes de 1974. Por norma é assim!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não conseguiram encontrar uma citação de Sá Carneiro de depois do 25 de Abril de 1974?! Como é possível não encontrar uma citação de Sá Carneiro de depois de 1974?!

Aplausos do PS.

É mesmo amor ao antigo regime!

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

E, por isso, Sr. Primeiro-Ministro, temos hoje, passados quase 50 anos do 25 de Abril, a pior oposição do regime democrático.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É a única!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Essa oposição está sentada na extrema direita parlamentar, porque ela é antissistema democrático, tem um discurso racista e xenófobo e quer levar o País para trás!

Aplausos do PS.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Tenha vergonha! Não sou de extrema-direita, nem sou racista!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Miranda Sarmento, é agora, não vale a pena esconder-se, tem a oportunidade, tal como aconteceu no passado. O PSD já votou neste Hemiciclo contra moções de censura, em circunstâncias em que o País estava bastante pior.

Hoje é a vossa oportunidade de votarem contra uma moção de censura da extrema-direita antissistema democrático, que não quer censurar o Governo, mas quer, sim, censurar VV. Ex.^{as}

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, António Costa.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Peço silêncio, para podermos ouvir o orador.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma vergonha o que disse de nós!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tem de passar a língua no sabão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar por agradecer as diversas questões que foram colocadas.

Vou começar do fim para o princípio. Como bem sublinhou o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A segunda escolha para líder!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o exercício desta moção de censura serve, essencialmente, para demonstrar o estado da nossa direita.

O estado da nossa direita é simples: se eles não se entendem, sequer, sobre a censura ao Governo a que se opõem, como é que poderão alguma vez entender-se para apresentar uma alternativa para Portugal e para os portugueses?

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado pergunta, e bem, o que seria se esta moção fosse aprovada, por exemplo, em matéria de impostos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Seria o ideal!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há algo que sabemos: é que sempre que o PPD/PSD se apresentou a eleições a dizer que ia baixar os impostos, a primeira coisa que fez foi aumentá-los.

Aplausos do PS.

Em 2002, o Dr. Durão Barroso prometeu um choque fiscal.

O Sr. **António Cunha** (PSD): — Poupança!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Todos julgávamos que era um choque fiscal para baixar os impostos, mas a primeira medida do Dr. Durão Barroso qual foi? Foi baixar os impostos? Não, foi um brutal aumento do IVA (imposto sobre o valor acrescentado). Foi esse o choque fiscal do Dr. Durão Barroso.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Guterres deixou o País de tanga!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A seguir, no Governo do PPD/PSD com o ausente CDS-PP, iam também fazer uma enorme reforma fiscal, que se traduziu num enorme aumento de impostos, que, paulatinamente, temos vindo a desfazer, desde 2016 até aos dias de hoje.

Aplausos do PS.

O Sr. **António Cunha** (PSD): — É uma vergonha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas haveria outra coisa que saberíamos: é que a retórica sobre a saúde ficaria nisso mesmo, na retórica. Isto porque foi com o voto contra da direita que foi criado o Serviço Nacional de Saúde, foi graças ao Tribunal Constitucional que o SNS não foi dissolvido quando havia uma maioria absoluta de direita nesta Assembleia da República e ainda foi com o voto contra da direita que foi aprovada a última Lei de Bases da Saúde.

E essa Lei de Bases da Saúde define precisamente como prioritária a estruturação dos cuidados de saúde primários e o desenvolvimento da dedicação plena. Aquilo que, neste momento, estamos a fazer são duas reformas de grande alcance. Uma tem a ver com a generalização a todo o País das unidades locais de saúde, para que haja uma devida articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares e para podermos ter a maior sinergia no conjunto do Serviço Nacional de Saúde. E ainda estamos a fazer outra reforma fundamental, que tem a ver com a introdução da dedicação plena.

Falamos da transformação e generalização a todo o País das USF de modelo B. O que é que são as USF de modelo B? São um modelo de USF, de centros de saúde, se quisermos, em linguagem comum, onde as equipas são multidisciplinares e onde o estatuto remuneratório é fixado numa base comum e, depois, numa base que tem a ver com a dedicação plena e noutra que tem a ver com o cumprimento dos objetivos fixados na melhoria dos cuidados de saúde àquelas populações.

Em termos práticos, os médicos que estão nas USF que não são de modelo B, em concreto, e que passem para as USF que estão no modelo B terão um aumento de remuneração superior a 60 %.

Aplausos do PS.

Os médicos que não possam integrar, por razão diversa, uma USF de modelo B terão um aumento de 33 % e os médicos que estão nas atuais USF de modelo B terão um aumento na remuneração de base de 12,7 %. Isto é o que acontecerá aos médicos nos cuidados de saúde primários.

Aplausos do PS.

No que diz respeito aos cuidados de saúde hospitalares, a introdução da dedicação plena traduzir-se-á num aumento de 33 % dos seus vencimentos. Significa isto que a remuneração de entrada de um médico especialista passará de 2863 € para 3780 €, ou seja, será de mais 917 € por mês, e que um assistente graduado sénior, ou seja, no topo da carreira, terá um aumento salarial de 1521 € por mês.

Os médicos que não aderirem à dedicação plena terão, consoante o seu regime horário, um aumento entre 2,7 % e 6,3 %. Relativamente aos jovens médicos internos, temos previsto um aumento de 3 % à entrada, passados os três primeiros anos, terão um aumento de 4,75 % e, a partir do quarto ano, um aumento de 9,8 %. Isto é o que significa verdadeiramente a valorização das carreiras, Sr.^a Deputada Paula Santos.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado Rui Tavares perguntou se vamos mudar de política orçamental.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quem é esse?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, asseguramos a continuação da política orçamental iniciada em 2016 que, antes de mais, é uma política assente na economia e no emprego. O emprego melhora rendimentos, produz crescimento económico e tem permitido a nossa convergência, ano após ano, com a União Europeia e consolidar as nossas finanças públicas de uma forma saudável.

O que queremos assegurar é que temos Orçamentos equilibrados e que, tal como aconteceu no ano passado em que devolvemos em apoios sociais o aumento da receita fiscal prevista, temos, relativamente aos saldos orçamentais, a alocação equilibrada entre a redução da dívida, a melhoria dos rendimentos e a redução da fiscalidade sobre o trabalho.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quanto aos dois projetos-piloto de proteção dos ecossistemas, o relativo à serra do Açor e o relativo ao Tejo internacional, devo dizer que têm uma taxa de execução de 27 % e que vamos prosseguir.

Quanto aos maus-tratos a animais, Sr.^a Deputada, como bem sabe, o Tribunal Constitucional não é uma desculpa. O Tribunal Constitucional já repetidas vezes declarou inconstitucional esse crime, portanto, aguardamos que a Assembleia da República conclua o processo de revisão constitucional. Vemos, com muita satisfação, que vários dos projetos asseguram que deixa de ser inconstitucional o crime de maus-tratos a animais e, assim que esteja em vigor a revisão constitucional, iremos apresentar aqui a criminalização dos maus-tratos a animais.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, não há nenhuma contradição entre o António Costa de 2015 e o António Costa de 2023.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Há falta de palavra!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Espero que isso o deixe satisfeito, embora veja pela sua cara que está um pouco desiludido, já que tinha alguma esperança de que houvesse contradição.

A TAP continua a ser uma empresa estratégica. Em 2015, a TAP estava 100 % privatizada e nós readquirimos o capital necessário para podermos ter uma posição de controlo. E ainda bem que o fizemos nessa altura, porque, se não o tivéssemos feito, quando a crise atingiu toda a aviação comercial durante a pandemia,

a intervenção que teríamos de fazer em 2020 teria sido muito superior à que fizemos, porque teríamos de assegurar 100 % do capital e não apenas a injeção que foi necessária para salvar a companhia.

Dissemos, desde o início, que era uma intervenção que fazíamos não para permanecermos *ad aeternum* como detentores de 100 % do capital, mas para responder a uma situação de crise. O plano de reestruturação que apresentámos e negociámos com a Comissão Europeia e que autorizou a intervenção do Estado na TAP, desde o início, previu que fôssemos proceder à privatização da companhia.

Qual é o montante em que será privatizada? Teremos tempo para ver e ele variará necessariamente em função do privado que vai adquirir a sua posição na TAP.

Portanto, a empresa é estratégica, o Estado não se desinteressa da TAP e, ao contrário do que diz, não vamos vender a um qualquer privado. Só iremos privatizar ou vender parte ou a totalidade do capital, como aqui disse, tendo em conta a defesa dos interesses da companhia, de Portugal e dos portugueses.

Relativamente à questão que colocou sobre o mínimo de existência, Sr. Deputado, temos, neste momento, o mínimo de existência fixado no valor correspondente, precisamente, a 14 vezes o valor do salário mínimo nacional. Não é entendimento do Governo que se deva alterar essa situação.

Temos fixado o calendário de atualização do salário mínimo nacional até ao final da Legislatura e com grande probabilidade iremos atualizar o mínimo de existência em conformidade com a atualização do salário mínimo nacional.

Aplausos do PS.

Assim, Sr. Deputado, cá estaremos no dia 10 de outubro a apresentar o Orçamento do Estado para o próximo ano e poderá verificar o que será proposto nessa matéria.

Sr.^a Deputada Paula Santos, não damos continuidade à política de direita, nem a prosseguimos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não dão, não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Damos continuidade à política que, com o PCP, iniciámos em 2016.

Protestos do Deputado do PCP João Dias.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — São iguais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É por isso que a remuneração média tem tido um aumento de 26 % e o salário mínimo nacional de 50 %.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Devia ser muito mais com o aumento dos preços!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Iremos prosseguir essa trajetória e, chegando ao final da Legislatura, terá um aumento de 75 % relativamente ao que existia.

Em relação às pensões, elas tiveram este ano aumentos efetivos entre 7,46 % e 8,4 % e, no próximo ano, em janeiro, na estrita aplicação da Lei de Bases da Segurança Social, haverá mesmo um aumento de 8,05 % para todos os pensionistas.

Aplausos do PS.

Já tive oportunidade de exemplificar, na resposta que dei ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, como estamos, efetivamente, a investir na valorização das carreiras — por exemplo, no setor da saúde.

E pergunta o Sr. Deputado Duarte Alves o que fazemos perante o aumento das prestações. Como tive oportunidade de referir na minha intervenção, iremos aprovar, no Conselho de Ministros desta semana, uma nova medida que vai, em primeiro lugar, permitir diminuir o montante atual da prestação e, em segundo lugar, estabilizar essa prestação durante os próximos dois anos. Isto, de forma que as famílias possam ter tranquilidade

e deixem de viver no sobressalto de não saberem o que vai acontecer à sua prestação conforme o Banco Central Europeu vai, ou não, atualizando as taxas de juro.

Protestos do Deputado do PCP Duarte Alves.

É essa imprevisibilidade que nós vamos eliminar, devolvendo segurança às famílias. Agora, é preciso dizer duas coisas: em primeiro lugar, ao contrário do que diz e que é injusto, o Governo não tem escondido a sua oposição à política do Banco Central Europeu.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aliás, temos sido muito criticados — eu, particularmente, tenho sido muito criticado — por não respeitarmos a independência do Banco Central Europeu.

Protestos do Deputado do PCP Duarte Alves.

Respeito a independência do Banco Central Europeu, não tenho é de concordar com a política do Banco Central Europeu e não concordo com a política do Banco Central Europeu.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, vivemos durante 10 anos com taxas de juro anormalmente baixas, e, naquilo que é alcançável no nosso horizonte, não vamos voltar a ter um período de taxas de juro tão baixas como as dos últimos 10 anos.

Felizmente, não iremos voltar ao nível das taxas de juro de quando casei e comprei a minha primeira casa, em que a taxa de juro era de 23,75 %. Graças ao facto de estarmos na zona euro, não voltaremos a ter essas taxas de juro, Sr. Deputado Duarte Alves.

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

Agora, vamos reduzir o montante da prestação e vamos estabilizá-lo, nos próximos dois anos, de forma a garantir previsibilidade à vida das famílias.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E os bancos ficam na mesma?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quanto ao arrendamento, fico verdadeiramente perplexo, porque o Sr. Deputado identificou — e bem! — a medida mais importante para combater a especulação no arrendamento, que é a fixação de um teto para o aumento das rendas de novos contratos.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Nunca dissemos o contrário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que é verdadeiramente estranho é que, perante essa proposta, o PCP diga que vota contra o Mais Habitação...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não, não! Não votamos contra essa proposta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... em vez de apoiar, com o seu voto, o programa Mais Habitação.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Joaquim Miranda Sarmiento, vou repetir, porque não deve ter ouvido a minha intervenção. Fez umas contas, mas já tinha a sua intervenção preparada e, portanto, não a podia alterar.

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Quanto àquela conta que fez, em que olhou para a opção do PSD, sobre quanto é que se está a gastar com saúde, disse que aumentámos em muitos milhares de milhões de euros o investimento no Serviço Nacional de Saúde e é verdade, Sr. Deputado. Hoje, investimos mais 56 % do que a direita investia no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

Mais 56 %, repito, do que investia a direita no Serviço Nacional de Saúde.

O Deputado do PSD Joaquim Miranda Sarmento exibiu um gráfico, já apresentado anteriormente.

E, mais, Sr. Deputado: como a sua preocupação é essa, os portugueses sabem que, se a direita voltasse a governar, aquilo que faria era cortar no investimento no Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

Agora, o que o Sr. Deputado fingiu não ouvir, procurando repetir à saciedade uma ideia geral para contrariar os factos, foi o que é que o Serviço Nacional de Saúde produz com este reforço de investimento de recursos financeiros e de recursos humanos.

Protestos do Deputado da IL João Cotrim Figueiredo.

O Sr. Deputado diz «está tudo pior», mas vamos a factos.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Vá a Mem Martins!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É a minha terra!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Factos, Sr. Deputado, factos!

Facto um: este ano, comparando com o mesmo período de 2015, sabe quantas consultas a mais temos no sistema hospitalar?

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Miranda Sarmento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é suficiente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Diga lá, Sr. Deputado! Sabe?

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — Mais meio milhão de portugueses sem médico de família!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos mais 755 622 consultas do que em 2015.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PCP Duarte Alves.

Sr. Deputado, acha que ter mais 755 000 consultas é pior ou melhor? É melhor, Sr. Deputado! Não tenha dúvidas de que é melhor.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Miranda Sarmento.

Quantas mais consultas temos agora nos cuidados de saúde primários?

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

Sabe qual é o número, Sr. Deputado? Eu digo-lhe: temos mais 2 milhões, 120 mil e 614 consultas do que no mesmo período de 2015.

Aplausos do PS.

Esta é a realidade, Sr. Deputado. E, pergunto: ter mais 2 milhões de consultas é melhor ou pior? É melhor, Sr. Deputado, é melhor!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É pouquinho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixo um último indicador, para não o saturar excessivamente. Sabe quantas mais cirurgias temos realizadas, comparando com 2015? Temos mais 103 572 cirurgias.

Protestos da Deputada do PSD Fernanda Velez.

Esta é a realidade. São os factos, Sr. Deputado, são os factos!

Aplausos do PS.

Como também é um facto, Sr. Deputado, que o ano letivo iniciou para 1 milhão e 300 mil alunos e que esses 1 milhão e 300 mil alunos tinham 98 % dos horários completos. Desde o dia 8 até hoje, já temos mais 1800 horários completos, e os restantes continuarão a ser completados de acordo com as ferramentas que as escolas têm para contratar professores.

Finalmente, Sr. Deputado Miranda Sarmento... Finalmente, não, pois ainda há um ponto anterior. O Sr. Deputado diz «temos carência de professores», e fico satisfeito por ver o PSD reconhecer isso, já que da última vez que esteve no Governo o PSD entendeu que tínhamos professores a mais!

Protestos do PSD.

Tínhamos tantos professores a mais que até criaram um programa especial para alguns professores e educadores de infância poderem rescindir o contrato com o Estado recebendo uma indemnização por essa rescisão.

Aplausos do PS.

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — Oito quadros! Oito quadros!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foram 30 000 os que, então, rescindiram o contrato, com todo o direito e toda a legitimidade. Esse programa foi criado pelo PSD, porque havia professores a mais, porque havia educadores a mais!

Protestos da Deputada do PSD Fernanda Velez.

Felizmente, aquilo que o PSD agora diz é o contrário.

Mas é precisamente porque necessitamos de professores que temos de valorizar a carreira dos professores.

A Sr.^a **Fernanda Velez** (PSD): — Nota-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi por isso que pusemos termo ao congelamento das carreiras que o PSD tinha introduzido.

O Sr. **António Cunha** (PSD): — Isso é mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi por isso que, além de termos posto termo ao congelamento, permitimos uma recuperação parcial do tempo.

Foi por isso que, agora, aprovámos um acelerador da carreira para aqueles que tiveram as carreiras congeladas.

É por isso — e é o mais importante de tudo — que, no próximo ano letivo, vamos ter, pela primeira vez, um concurso para que as pessoas possam fixar-se na escola onde ficam e não ser obrigadas a andar, toda a vida, com a casa às costas.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

Foi por isso que introduzimos o mecanismo da vinculação dinâmica, de forma que todos aqueles que completam o número de dias necessário, correspondente a três anos de atividade, possam estar vinculados.

Protestos do Deputado do PSD António Cunha.

Foi por isso que aumentámos o número de quadros de zona pedagógica, de 10 para 53, para diminuir a distância a que os professores estão relativamente à sua habitação.

Por fim, Sr. Deputado Miranda Sarmento — agora é que é mesmo por fim! —,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Agora é que é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... quando me fala de IRS, fico verdadeiramente perplexo, porque V. Ex.^a foi, pelo menos na altura, apresentado como «o Centeno do Dr. Rio»; o mago do plano económico do Dr. Rui Rio;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E acabou assim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o autor do programa económico com o qual o senhor e todos os Deputados do PPD/PSD foram eleitos nas últimas eleições. E, pergunto: o que dizia esse programa sobre IRS?

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — E a inflação?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu recordo, Sr. Deputado: esse programa dizia que a prioridade do PPD/PSD era a redução do IRC e não a redução do IRS.

Aplausos do PS.

O Sr. **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD): — Eram as duas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Até dizia mais, Sr. Deputado,...

Protestos do Deputado do PSD Joaquim Miranda Sarmento.

... dizia que o IRS só deveria descer, quando muito, lá para 2025, se houvesse condições económicas para o efeito.

Aplausos do PS.

Honra lhe seja feita, Sr. Deputado, porque ainda vejo na bancada do PPD-PSD um Deputado que não se esqueceu do programa com base no qual foi eleito e veio para as páginas do *Público* dizer qual é o programa fiscal que continua a defender. Foi esse o programa do PPD-PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado pergunta se queremos reduzir já o IRS, mas, Sr. Deputado, nós já reduzimos o IRS em 2 mil milhões de euros por ano para as famílias portuguesas, isto desde 2015 e sempre contra o voto do PPD-PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Hã?! *Polígrafo!*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, mais: já apresentámos um programa de estabilidade que prevê uma redução de mais 2 mil milhões de euros de IRS para as famílias portuguesas, até 2026.

Protestos do CH.

O que espero é que, quando chegar a hora da verdade, o PPD/PSD não vote contra e vote a favor dessas reduções de IRS.

Aplausos do PS.

Bom, quanto ao Sr. Deputado João Cotrim Figueiredo, saúdo-o, porque há muito tempo que tínhamos saudades de o ouvir falar,...

Protestos do Deputado da IL João Cotrim Figueiredo.

... mas, efetivamente, constatei que a sua intervenção foi...

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Magnífica!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... de acordo com esta moção. Não foi propriamente dirigida ao Governo, muito menos a mim, mas sim dirigida ao Chega, em particular ao Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — O PS está um bocadinho incomodado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenho a certeza que ele lhe responderá à letra, porque eu não sou capaz de o fazer, Sr. Deputado.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Se não estivesse incomodado não falava nisso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Finalmente, quanto ao Sr. Deputado André Ventura, não o vou acompanhar na gritaria,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pensei que era na moção de censura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... no estilo,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é difícil!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não vale a pena.

O Sr. Deputado consegue ilustrar que, efetivamente, o Dr. Paulo Portas tem razão quando diz que o desaparecimento do CDS-PP desta Assembleia...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês gostavam do CDS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não trouxe mais ideias ao País, só trouxe mais gritaria ao País.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês gostavam, mas ele já não volta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, quanto à sua credibilidade e à forma como nós o devemos levar a sério, ficou tudo dito naquilo que afirmou a propósito da TAP. O Sr. Deputado já terá esquecido, mas, durante vários meses, zurziu aqui a ex-presidente do Conselho de Administração da TAP...

O Sr. **André Ventura** (CH): — E bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... por ter pagado uma indemnização à Dr.^a Alexandra Reis.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Engenheira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, à Eng.^a Alexandra Reis.

Agora, que a Inspeção-Geral de Finanças constatou que essa indemnização era ilegal e o Governo demitiu a presidente da TAP, a sua obsessão já não é por a presidente da TAP ter pagado uma indemnização ilegal à Eng.^a Alexandra Reis.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Agora, a sua obsessão é por o Governo ter demitido a presidente da TAP...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi autorizado pelo seu ministro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, agora, também é advogado da presidente da TAP, exigindo que o Governo pague uma indemnização à presidente da TAP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O seu ministro é que aceitou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pois, devo dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: nós, perante uma indemnização que a Inspeção-Geral de Finanças considerou ilegal, fizemos a única coisa que tínhamos a fazer:...

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Apagar as mensagens de *WhatsApp*!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... demitir a presidente da TAP. E estamos certos de que, por termos feito o que devíamos fazer, não temos nenhuma indemnização a pagar à ex-presidente da TAP.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Mas vejo que o Sr. Deputado, que era tão contra a presidente da TAP, passou a ser advogado oficioso da presidente da TAP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não! Está enganado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Boa sorte, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, à fase das intervenções.
Tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia Ramos, do Grupo Parlamentar do PSD.

Pausa.

Peço silêncio para a Sr.ª Deputada poder fazer a sua intervenção.
Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Sónia Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O futuro da educação está na ordem do dia e está na rua outra vez. O ano letivo passado foi atribulado; o atual, do que sabemos, será pior.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não se consegue ouvir!

A Sr.ª **Sónia Ramos** (PSD): — A esta data, o Governo já chumbou por faltas, Sr. Primeiro-Ministro, por falta de professores, por falta de investimento nos equipamentos escolares, por falta de residências universitárias, por falta de 6 anos, 6 meses e 23 dias.

Protestos da Deputada do PS Joana Lima.

Apesar de tudo aquilo com que já nos bafejou, aqui, relativamente às iniciativas sobre educação, o que é facto é que continuam a faltar condições, continuam a faltar professores e continua a faltar um projeto de futuro para a educação em Portugal.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Joana Lima** (PS): — Manuais escolares para todos, não se esqueça disso!

A Sr.ª **Sónia Ramos** (PSD): — O Sr. Primeiro-Ministro consegue ter toda a Administração Pública na rua: médicos e enfermeiros, trabalhadores judiciais, docentes e não docentes. Não há uma única classe que esteja satisfeita com o socialismo, e o Tribunal de Contas — que, a propósito do Plano Escola+, tece fortes críticas sobre prioridades claras e a sua inexistência, falta de recursos, ações a mais e inexistência de metas e indicadores que permitam a recolha de informação nacional para aferir e comparar resultados — também não, reforçando por isso as críticas que o PSD tem feito nesta matéria.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Se não conhecemos o ponto de partida nem os objetivos e os indicadores, como se pode avaliar a recuperação das aprendizagens?

A resposta é óbvia: este Governo não quer avaliar nem recuperar. Implementou um plano enquanto a Europa o financiou e, esgotada essa verba, retirou 3300 professores afetos à missão que deveria ser um desígnio nacional mas não foi e que deixou milhares de alunos para trás.

Um fiasco, Sr. Primeiro-Ministro! É um fiasco a progressão das carreiras que aqui, hoje mesmo, reforçou e que, resumindo numa frase bem portuguesa, não passou de «mandar areia para os olhos» dos professores: cria assimetrias, não recupera tempo de serviço e mantém a discriminação.

A vinculação dinâmica, com que também aqui acenou, supostamente, acabava com a casa às costas, mas será uma lotaria anual.

Foi um fiasco o que se passou com os *vouchers* e com a devolução dos manuais do 4.º ano, com as famílias portuguesas sem saberem o que fazer e se iam, ou não, ter direito aos livros no ano seguinte — e que acabaram por comprar.

É um fiasco o valor dos apoios sociais em matéria da ação social escolar, Sr. Primeiro-Ministro: 16 € anuais para o escalão A, deveriam envergonhá-lo. O Sr. Primeiro-Ministro faz alguma ideia do valor do material escolar, que este ano aumentou 14 % para as famílias? Não, não faz!

Mas oferece aos jovens licenciados um bónus: viajar na CP (Comboios de Portugal), pernoitar em Pousadas da Juventude e receber a devolução das propinas se ficarem por cá. Não vai fixar um único jovem com estas medidas, porque eles percebem que estas propostas também não são sérias.

Aplausos do PSD.

Não é só o PSD que o diz, foi a Sr.ª Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que, de forma muito assertiva e sensata, também o reconheceu numa entrevista recente.

Mas se o Governo abunda em receita fiscal, como tanto anuncia, porque não ajudar já os estudantes e as famílias e evitar que 11 % dos estudantes universitários abandonem os cursos? Tem aqui um bom indicador, Sr. Primeiro-Ministro, para aquilo que é a matéria também de ensino superior: as dificuldades das famílias e dos jovens.

Na verdade, este Governo transformou o futuro de Portugal, os jovens, no parente pobre. Da paixão à desilusão, o Governo socialista e a sua governança é o que nos separa de um país com esperança.

O Sr. Ministro da Educação diz que precisa de tempo. Oito anos não chegaram! «Precisa de tempo para quê?», perguntam os portugueses. Para destruir ainda mais o elevador social? Para acabar com a classe profissional dos professores?

É que está quase lá, Sr. Ministro. Em relação ao ano passado, a carência de professores de Português triplicou e a de Matemática duplicou, do 7.º ao 12.º ano.

Hoje, não faltam apenas professores de Informática, Geografia ou Inglês, faltam professores de disciplinas estruturantes para toda a aprendizagem: Português e Matemática.

Dir-me-ão que todos os dias as escolas abrem contratação de escola e que, aos poucos, o problema se resolve — o Sr. Primeiro-Ministro também o referiu aqui —, mas resolve-se pouco e, ainda assim, à custa de professores com habilitação própria, que já são 800. Afirmava o Sr. Ministro da Educação, em julho último, que este era o último recurso na colocação de professores, mas, afinal, tornou-se um padrão.

O problema permanece e não só a tendência é constante como aumentou. Cada ano que passa há menos professores e os que entram na docência não compensam proporcionalmente as faltas. O País está na rua, com os professores em greve, uma greve nacional já convocada e um Ministério da Educação sem capacidade negocial.

Sr. Primeiro-Ministro, hoje é um bom dia para assumir perante os portugueses o falhanço total das políticas educativas do seu Governo. A breve trecho, não teremos professores para ensinar os nossos filhos, e é disto que falamos. Quase 100 000 alunos iniciam o ano letivo sem professor, pelo menos, a uma disciplina. Outra vez! Tornou-se um padrão.

Sabemos que sem alunos não há escola, mas sem professores também não.

Sr. Primeiro-Ministro, ficará no seu currículo a hecatombe de um País que já não era para velhos, que já não era para crianças, que já não era para jovens e que, agora, também já não é para quem quer aprender. Com este Governo, a crise da educação não é só uma crise, é intencional e é um projeto.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sr. Primeiro-Ministro, quando temos, em Lisboa, pessoas a viver em tendas — e já é real — e quase 50 % das famílias assumem ter dificuldades em pagar a prestação ao banco, é sinal de um Estado social desgastado e degradado. Isso só tem um nome: António Costa e o Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Vamos a números, e a números concretos. Por muito que isto lhe custe ouvir, em Portugal há 1 milhão de contratos de arrendamento — 1 milhão! —, 1,3 milhões de contratos de crédito à habitação e 700 000 residências próprias. Ou seja, em números redondos, 3 milhões.

Fonte Pordata: há 6 milhões de alojamentos familiares clássicos.

Onde é que estão os outros 3 milhões? Na economia paralela, de que tanto o seu Governo gosta e que protege com esta taxa liberatória que continua a roubar — e o termo é este, «roubar» — às famílias portuguesas.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, era tão simples, mas tão simples, não fazer os portugueses dependerem do seu Governo, não os fazer depender do socialismo, porque o socialismo cresce quando a pobreza também aumenta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora aí está!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso, sim, é o caos e o caminhar para o abismo de um país, e o senhor tem esse interesse porque, enquanto as famílias se afundam, o Governo socialista impera e prospera.

Sr. Primeiro-Ministro, não dê esmolas no programa Mais Habitação. Não dê esmolas! Acabe com as taxas liberatórias, que vão diretamente para os cofres do Governo — e são muitos, muitos milhões por ano que o Governo ganha com essas taxas liberatórias.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e do Deputado do PCP Duarte Alves.

Reduza o IRS e dê mais poder de compra às famílias, para poderem pagar as suas habitações.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não fique com esse dinheiro aos portugueses e, certamente, virá aqui, com outro discurso, dizer que não falta habitação para os portugueses e que eles pagam rendas justas, porque uma parte significativa vai para os cofres do Estado.

Sr. Primeiro-Ministro, há muito a fazer nesta matéria, muito a fazer. Mas isso que há a fazer depende do seu Governo e é preciso iniciativa, coisa que o senhor não quer ter.

Não é acabar com o alojamento local, a única fonte de rendimentos de que muitas famílias ainda dispõem, que vai resolver o problema da habitação. O problema da habitação está no seu Governo, nessas mesmas taxas com que o senhor não quer acabar.

Mais, perante os arautos da democracia e da proteção das liberdades e da habitação enquanto garantia básica universal, faço uma pergunta muito simples ao Partido Comunista Português: porque é que, em Aveiro, acabam com uma moradia histórica para criar um imóvel de sete andares? Srs. Deputados, é para habitação social? O tempo dirá!

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Edite Estrela.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito boa tarde, a todas e a todos, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alma Rivera, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao anunciar uma moção de censura com meses de antecedência, o proponente da moção é o primeiro a desvalorizá-la. Na verdade, nem seria necessária uma crítica de esquerda a esta moção, porque a direita se encarrega disso.

A política do Governo do PS deve ser criticada e censurada, sim! Do estado do SNS à situação vivida na escola pública, da miragem que é o direito à habitação às dificuldades que limitam a justiça, a política do Governo não está a resolver as causas dos problemas e, a cada dia que não o faz, eles apenas se agravam: salários que não chegam ao fim do mês, pensões de miséria, a conta do supermercado que aumenta enquanto o cesto diminui, o escândalo das margens de lucro.

Este Governo tem servido, objetivamente, a concentração da riqueza, o perpetuar das desigualdades e da pobreza. Chamam-lhe «política das contas certas», enquanto somam o excedente e recursos desperdiçados.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Mas, Srs. Deputados, qual é a alternativa do Chega? É um aumento dos salários e pensões? Não é. Aliás, tem estado, sucessivamente, contra os aumentos ao salário mínimo nacional, que propusemos.

Propõe o Chega uma política fiscal mais justa? Não. E vimos isto há uns meses: está contra a tributação efetiva sobre os rendimentos mais elevados; está contra o fim das borlas fiscais; não se incomoda que os lucros gerados em Portugal não sejam cá tributados — é ver o silêncio cúmplice quando se fala dos donos disto tudo.

Para a saúde, a alternativa do Chega é o investimento no SNS e a valorização dos seus profissionais? Não. E o programa eleitoral do Chega dizia mesmo ao que vinha: era para entregar aos grupos privados.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Qual é a alternativa que propõe o Chega para a habitação? Revogar a lei dos despejos? Não.

Sobre o Mais Habitação, criticam a transferência dos recursos públicos, que é dinheiro de todos os portugueses, para atribuir novos benefícios fiscais? Também não. Até dizem na moção de censura que é preciso financiar mais o grande negócio da habitação!

E para a educação, o que é que quer mesmo o Chega? A alternativa não é uma escola pública de futuro, com mais qualidade, mais inclusiva, com profissionais respeitados. O que propõem verdadeiramente é o regresso ao passado e a privatização da educação, tal como escreveram no seu programa.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Falam das famílias que não conseguem pagar os créditos à habitação. Foi por isso que estiveram contra a diminuição e estabilização das prestações, como propusemos? Achrom que anda toda a gente distraída e ninguém se lembra de como se posicionaram quando o PCP propôs que fosse a banca e os seus lucros a suportar estes aumentos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Não têm pudor algum de defender tudo e o seu contrário, consoante o vento sopra.

Aplausos do PCP.

O que defende o Chega é uma alternativa a esta política, onde? Em quê? Quanto à privatização de empresas e setores estratégicos, concentração da riqueza em grupos e empresas, benesses para uma minoria, entrega da saúde ao negócio da doença,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... em que é que diferem, verdadeiramente? É no ritmo? É na intensidade? É no estilo? Estão contra tudo o que beliscar o poder e os lucros dos grupos económicos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Isso viu-se nas várias vezes em que o PCP propôs controlar ou fixar preços, fosse do cabaz alimentar ou dos combustíveis. Olhem, tal qual o PS!

Os problemas do País são apenas um motivo para esbracejar, mas nunca para resolver.

O Sr. **André Ventura** (CH): — A Venezuela está muito bem!...

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Instrumentalizam a desgraça dos outros, aproveitam as dificuldades em proveito próprio e esta moção de censura é a prova disso. Não quer resolver nada, não serve para nada, apenas para a disputa partidária à direita.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Sem alternativas para lá da retórica, o Chega é profundamente cúmplice com as opções de fundo do Governo.

O País não precisa disto, Srs. Deputados. O País precisa de soluções e de justiça social, precisa de uma política, verdadeiramente, ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País. O Chega não o faz, o PCP cá estará para o propor.

Aplausos do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na Madeira, já vamos ver no domingo!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vais ver, vais!

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Embora a Sr.^a Deputada não tenha tempo para responder,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS dá o tempo!

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — ... presumo que o Grupo Parlamentar do Chega vá manter o pedido de esclarecimento.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se tivéssemos tempo não perguntavam!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Até parece que não perguntamos!

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Portanto, para formular esse pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Temos feito várias propostas!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr.^a Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Fiquei estarecido ao ouvir o PCP criticar o Governo.

Risos de Deputados do PCP e dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e Miguel Matos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É incrível como um partido que apoiou seis Orçamentos do Estado — repito, seis Orçamentos do Estado,...

Aplausos do CH.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Seis Orçamentos! Sempre a subir os impostos!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... todos, em que escalaram a carga fiscal —...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Nem mais!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... vem agora preocupar-se com questões sociais.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tenham vergonha!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Preocupa-me a mim como um partido com tamanho património imobiliário...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Essa é que é essa!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... e que usufrui das maiores isenções fiscais que existe para os partidos vem agora falar da carga fiscal do Governo. Como é que é possível?

E agora, Sr. Primeiro-Ministro, tenho de questionar isto de uma forma mais séria. Portugal tem sido dos países que, nos últimos 25 anos,...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — De forma mais lenta!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — ... tem aumentado mais a carga fiscal sobre os rendimentos. E aquilo que lhe pergunto é: quando é que isto vai parar? Porque, em 2024, a carga fiscal vai aumentar novamente. É preciso que as pessoas percebam exatamente isso: mais 0,5 %. Agradecia que o Sr. Primeiro-Ministro se pronunciasse sobre essa matéria.

Aplausos do CH.

Protestos do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Então não era o PCP?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É tudo a mesma coisa!

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Sr. Primeiro-Ministro anunciou, há dias, o maior programa de apoio aos jovens de sempre.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para emigrar!

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E é muito claro o objetivo desta moção de censura: é mudar o debate das soluções do Governo para o estado da oposição.

Mas façamos-vos a vontade, por um momento. Ora, dizem que o Governo não é reformista. Mas vejamos quantos, em vez de defenderem os jovens das ordens profissionais dos seus estágios profissionais não remunerados, vergaram aos interesses das ordens profissionais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É melhor estares calado!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Depois, a Iniciativa Liberal coloca nos seus cartazes que nos países liberais se recebe mais, porque se paga menos impostos. Ora, digam lá ao português médio, que paga 3,5 % de IRS, que o salário dele é pequeno, porque o Estado lhe cobra demais e não porque o patrão lhe paga de menos.

Digam que não faz diferença, no seu dia a dia, os 2 mil milhões de euros a menos que paga de IRS...

Protestos de Deputados da IL.

... e tentem convencê-los de que, de facto, um jovem, em Portugal, ganha menos como engenheiro cá do que ganha como empregado de mesa lá fora, porque, de facto, é possível igualar os salários deles baixando os impostos.

Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.

Ora, o Governo apresenta soluções e apresenta resultados. O salário mínimo subiu 50 %. O salário médio para os jovens subiu 40 %. O salário médio para todos os portugueses subiu 26,5 %.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Só se for para os socialistas!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mas, se isto é assim para o trabalhador médio, vejamos o que dizem as classes que a direita tenta tanto defender: as empresas e os investidores estrangeiros.

Foi mesmo a Ernst & Young que ilustrou que o nosso País subiu do 8.^o para o 6.^o lugar dos países que mais captam investimento direto estrangeiro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — São mesmo as empresas que estão a investir e a exportar mais, conseguindo um crescimento que é 10 vezes superior, e as exportações do investimento crescem ao dobro do ritmo do crescimento económico.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Mas voltemos aos jovens, porque, de facto, os jovens beneficiam deste crescimento, mas vão beneficiar deste programa que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou.

A direita diz que este País não é para jovens. Enchem a boca com a emigração. Mas digam lá quem é que foi o único partido que, perante uma folga orçamental, deu como a sua primeira prioridade apoiar os jovens?

A Sr.ª **Sónia Ramos** (PSD): — Mas qual folga orçamental?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Quem é que quer devolver a propina? Quem é que quer cobrar pouco ou nenhum IRS, nos primeiros anos da vida profissional de um jovem? Quem é que está a dar aos estudantes todos, até aos 23 anos, transportes públicos gratuitos?

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos e risos do PCP.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — Não é a todos!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E dizem que isto são tudo medidas inócuas. Dizem que isto são tudo medidas avulsas, mas lanço-vos um desafio, evocando as palavras do Eng.º Guterres: façam as contas.

A Sr.ª **Isabel Pires** (BE): — É só para enganar!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Façam as contas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tens a certeza de que queres que façamos as contas?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Nos primeiros cinco anos da vida profissional de um jovem, são 12 mil euros de benefícios, para combater os baixos salários dos jovens do nosso País.

Aplausos do PS.

E a estas podíamos somar outras medidas, como os apoios à contratação com salário acima da média, o Estado todos os anos contratar 1000 técnicos superiores com um salário acima da média ou a Porta 65 Jovem, que finalmente não tem limite orçamental e que vai apoiar todos os jovens que precisam.

É por isso que, se somarmos todas estas medidas, temos, de facto, o maior programa de apoio aos jovens de sempre. E com verdade lhes digo, Srs. Deputados, que, se calhar, até a «Ana dos Olivais», votava no Partido Socialista.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Edite Estrela): — O Sr. Deputado também tem um pedido de esclarecimento. Para formular esse pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, como líder da Juventude Socialista, olho para as suas declarações e percebo que tem certamente estado emigrado, como a maior parte dos jovens neste País,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... porque têm obviamente de sair para fora.

Basta vermos a nova proposta do SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública). Basta vermos que todos os jovens, para trabalharem na Administração Pública, podem demorar 10 anos para subir de escalão, precisando de 140 anos para, em 14 patamares diferentes, chegar ao topo da carreira.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Basta vermos a forma como são contratados para a Administração Pública. Falou-se aqui dos médicos, da ausência dos médicos. Percebemos que inclusive, atualmente, estamos a recrutar lá fora, a dar 2800 € aos médicos que vêm do Brasil, mais casa de função, mas continuamos a discriminar os médicos formados em Portugal e a mandá-los para fora.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Basta vermos que os senhores continuam a alavancar — e a Sr.^a Ministra da Presidência está a acenar com a cabeça agora — um modelo de gestão da Administração Pública que continua a ter o PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública).

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O PREVPAP continua a ser contratos precários dentro da Administração Pública,...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... mas a Juventude Socialista, acerca disto, não diz absolutamente nada, porque a Juventude Socialista sabe que este SIADAP não beneficia quem trabalha por mérito, porque foge da meritocracia...

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... e porque continua a trabalhar por quotas.

Se há sítio onde nós sabemos que não querem aplicar a meritocracia é na Juventude Socialista.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sabemos perfeitamente que, por aí, não é o mérito, é pelo tempo de antiguidade e pelo que fazem lá dentro, mas na função pública as coisas não podem funcionar assim.

Aplausos do CH.

O senhor, enquanto jovem, deveria ter vergonha da forma como falou e se pronunciou acerca dos jovens aqui hoje. Sabe perfeitamente que este Governo o que tem feito é exportar os quadros de Portugal e importar aqueles que não têm capacidade para trabalhar na Administração Pública.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Nunes, não admito conversas sobre o funcionamento do partido...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... de um partido que constantemente vê as suas decisões rejeitadas pelo Tribunal Constitucional. É muito revelador sobre a democracia interna no seu partido.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Mas, já que fala sobre os jovens e a Administração Pública, seria bom de se recordar que, no ano de 2015, o desemprego jovem era mais do dobro daquele que é atualmente.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Fala do SIADAP!

Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Seria bom nós recordarmo-nos de que, neste País, em 2015, nenhuma pessoa da minha geração podia sequer pensar ou sonhar em ir para a Administração Pública, porque não abriam concursos, e, se entrasse na Administração Pública, teria um salário mais baixo e uma progressão mais lenta do que teria hoje.

Mas, de facto, nem todo o País é a Administração Pública e é importante subirmos os salários mais alargadamente.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Por isso, subimos o salário mínimo 50 %. Por isso, o salário médio dos jovens subiu 40 %, mas, como isso não chega, fizemos um acordo com os patrões e com os sindicatos, para subir os salários do nosso País, para podermos convergir com a média da União Europeia.

É por isso, Sr. Deputado, que, neste momento, já emigram apenas metade das pessoas que emigravam em 2015.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E isso é muito bom!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E na Administração Pública?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vamos continuar a lutar, até que os jovens tenham um futuro aqui, no nosso País, com bons salários e emprego digno.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Pedi para fazer esta intervenção para desconstruir a sua demagogia.

De facto, o seu discurso aqui hoje a falar sobre a saúde fez-me lembrar a Lena d'Água, com a sua mítica canção: «Demagogia feita à maneira/ É como queijo numa ratoeira».

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não faça isso!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É que o Sr. Ministro, em primeiro lugar, veio falar sobre a enorme contratação de profissionais de saúde.

Ó Sr. Primeiro-Ministro, diga lá se não é verdade que essa contratação de profissionais de saúde não passou da automática passagem para o setor público das PPP (parcerias público-privadas) que o seu Governo nacionalizou. Portanto, isso não passa de demagogia.

Depois, o senhor fala de desempenho do SNS e habilmente vai comparar os números com o ano ido de 2015. Mas o relatório de desempenho do SNS diz que os números estão piores. O último relatório, que compara com o ano anterior, de 2020-2021, demonstra que os números estão piores. Portanto, mais uma vez, é demagogia feita à maneira do Sr. Primeiro-Ministro, António Costa.

Depois, Sr. Primeiro-Ministro, quero também acusá-lo pela mortalidade que existe em Portugal. E não estamos só a falar de casos únicos, que são importantes, como as pessoas que morrem às portas do hospital, as pessoas que morrem à espera pelas ambulâncias do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) ou as pessoas que morrem quando são enviadas para casa com alta, mas que precisavam dos cuidados médicos. Estou mesmo a falar, Sr. Primeiro-Ministro, do excesso de mortalidade que tem assolado este País, ao longo dos últimos anos.

Srs. Deputados, Sr.^a Presidente, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge tem apontado vários períodos em que a mortalidade em excesso tem sido muito preocupante: 12 %, 21 %, 25 %, 15 %, tudo períodos em que o excesso de mortalidade devia preocupar o Sr. Primeiro-Ministro. E o Sr. Primeiro-Ministro o que faz? Dá uma palavra que depois nunca é honrada.

Já pedimos aqui, nesta Câmara, uma comissão parlamentar de inquérito ao excesso de mortalidade. O que é que fez a bancada do PS? Chumbou. Porquê? Porque não querem saber dos portugueses que estão a morrer. Tenham vergonha!

Aplausos do CH.

O Sr. Primeiro-Ministro também não honra a sua palavra, quando reiteradamente vem prometer hospitais.

Falo do prometido hospital do Algarve, que o Sr. Primeiro-Ministro, pela sua palavra dada, não constrói há mais de 19 anos, e a sua anterior Ministra da Saúde, Marta Temido, prometeu começar a executar em 2021. Nem ela nem o senhor honraram a sua palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem quatro pedras!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O hospital do Seixal, desde 2001 prometido por si, Sr. Primeiro-Ministro, em 2017, também não teve a sua palavra honrada.

O hospital de Lisboa Ocidental de todos os santos também não tem a sua palavra honrada.

O mesmo com o de Évora e o da Madeira. Sr. Primeiro-Ministro António Costa, quanto ao da Madeira, o senhor prometeu, em 2017, que o Governo da República ia dar à Madeira a sua parte do orçamento, para construir o hospital da Madeira. Passaram 2017, 2018, 2020, 2021 e 2022 e ainda não existe esse hospital. Este ano, como há regionais, vamos ver se vai aparecer no Orçamento do Estado. Mas, mais uma vez, palavra não honrada.

Sr. Primeiro-Ministro, até o seu Ministro da Saúde, que não está aqui hoje, já o contradiz em público. Ele disse que é inaceitável haver utentes que precisam de ir de madrugada para a porta dos centros de saúde para conseguirem ter uma consulta — palavras do seu Ministro da Saúde, este fim de semana.

Sr. Primeiro-Ministro, mas aí, nessa bancada do Governo ou na bancada do PS, não há ninguém que saiba fazer contas, que saiba olhar para a demografia médica e ver que 24 % dos médicos têm mais de 65 anos e que, até 2030, se vão reformar 5000 médicos?

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, honre a sua palavra e tenha vergonha.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do Grupo Ornamentar do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este Governo socialista merece censura e não tem remédio. Em oito anos de governação, e especialmente no setor da habitação, o falhanço é grosseiro e impossível de esconder ou disfarçar.

O PSD tem vindo a censurar, de forma assumida e crescente, este Governo. Censurar é importante, mas censurar não chega. Censurar chega para o Chega, mas os portugueses esperam mais do PSD.

Ao PSD pedem-se propostas alternativas, novas políticas e, principalmente, que ouça os portugueses. Por isso mesmo, estamos aqui para falar de habitação e confrontar as nossas propostas com um dos mais gritantes insucessos do Governo: o malfadado pacote Mais Habitação, um pacote que ainda nem entrou em vigor e já acumula gravíssimos efeitos para o setor e para os portugueses.

Aplausos do PSD.

Depois de anos e anos de promessa do Governo, com pacotes, com nomes bonitos e casas de papel — nem vou ler os nomes, são todos bonitos —, o PSD antecipou-se e cumpriu a sua obrigação, apresentando, em fevereiro deste ano, um programa Novo Caminho para a Habitação.

O nosso programa — sério, fundamentado, realista, mas ambicioso — tem quatro eixos fundamentais: primeiro, um choque de oferta, provocando mais habitação e mais construção; depois, um programa de apoio à compra da primeira casa pelos jovens, muito ambicioso e que resolvia principalmente o problema das garantias e do financiamento da primeira casa, a questão dos subsídios de renda, a taxa de esforço e o aumento de dedução em IRS; e, por último, novos modelos de habitação que, hoje em dia, existem e que podemos e devemos lançar em Portugal.

Qual foi a resposta do Governo? Diálogo? Não. Abertura ao compromisso? Não. Disponibilidade para consenso mais alargado? Não. A resposta foi inventar o pacote Mais Habitação. Em cima do joelho, sem estudos que sustentassem, sem ouvir ninguém e com uma enorme onda de contestação dentro e fora desta Assembleia, o programa está a ser imposto, contra tudo e contra todos. E começou mal e vai acabar pior.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, tem-nos provocado dúvida e estupefação assistir a um pacote de medidas que toda a gente contesta: dos senhorios aos inquilinos, da defesa do consumidor às associações de turismo e hotelaria, dos proprietários aos investidores, dos municípios ao alojamento local, dos arquitetos, dos engenheiros, dos construtores, dos empreiteiros, todos.

Até a nova paixão fingida do Governo, os jovens — descobriram numa sondagem que eram importantes —, os jovens que só agora descobriram, são tratados com ligeireza e sem respostas coerentes e eficazes neste pacote de medidas. Não se encontra, enfim, uma alma que defenda este pacote.

Registamos, pelo cinismo e soberba, já típicos do rolo compressor da maioria, dois momentos lamentáveis que este processo nos trouxe e que nos merecem igual censura. Primeiro, a forma fingida e hipócrita como o PS aparentou aceitar discutir com seriedade as propostas do PSD neste Plenário — até nos deu uma abstenção — para depois chumbarem, pela calada, todas as propostas no Grupo de Trabalho e na Comissão. É lamentável!

Aplausos do PSD.

Segundo, a forma ressabiada e arrogante como reagiram ao veto do Sr. Presidente da República e às críticas levantadas, numa reação que nem esperou 24 horas para fingirem que estudavam o documento e se limitou a assumir uma autossuficiência da maioria.

Passo a citar: «O que faremos é a confirmação do diploma tal como está». Nem o veto presidencial provocou o mais pequeno rebate de consciência ou reflexão.

O direito à habitação é um direito constitucional que o Governo desprezou durante oito anos e que não está a defender e não vai resolver o problema. Sozinho, irrealista, teimoso, inconsciente, é esta a marca do Governo e do Mais Habitação,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Qual é a alternativa?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — ... que continua a atirar Portugal para o abismo. O PSD continuará a combater, por todas as formas que a democracia participativa admite, esta loucura teimosa.

Já apresentou e reapresentará um programa alternativo, coerente e completo para atacar de forma urgente e decidida este drama social e económico. E cumprirá a promessa de que, tão logo sejamos Governo, vamos revogar o pacote Mais Habitação, que a todos penaliza, ninguém aceita e não resolve, antes agrava o problema.

Aplausos do PSD.

Srs. Deputados, o PSD vai continuar a ouvir os portugueses reais, com os problemas reais e a construir a alternativa democrática.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento, mas vamos aguardar que chegue ao seu lugar.

Para formular esse pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Begonha, do Grupo Parlamentar do PS. Faça favor.

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado, nesta grande encenação, nesta farsa que o Chega propôs ao País, que é a moção de censura,...

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — ... sem oportunidade ou adesão a qualquer sentimento nacional, foi uma forma de degradar a vida parlamentar e, portanto, atacar a democracia. E o Sr. Deputado foi mais um Deputado do PSD que perdeu aqui hoje a oportunidade de se demarcar dessa forma de degradação da vida parlamentar e da democracia.

Vozes do PS: — Muito bem!

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Escolheu antes invocar parte do que fundamenta o Chega com a sua moção de censura, que são as promessas incumpridas na habitação.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O que é que vai dizer?

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — É chocante que possa ser o Chega a apresentar uma moção do que falta cumprir de Abril na habitação,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está chocada?!

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — ... que possa ser o Chega a apresentar esta moção, em que tem a coragem de falar do que incumpriu na habitação. Mas o Sr. Deputado do PSD foi pela mesma linha. Se houve Governos que inverteram o paradigma de negligência, de inércia, de desinvestimento na habitação...

Protestos do PSD.

... foram os Governos liderados por António Costa.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, os Srs. Deputados apresentam e falam do tema da habitação, que nunca entenderam como coisa pública, nunca entenderam como obrigação do Estado, e falam da habitação pela primeira vez em 2023. Nós, obviamente, dizemos: bem-vindos ao debate! Mas a realidade, Sr. Deputado, é que, ao contrário do PSD, como sabe, houve uma construção de uma política de habitação de fazer totalmente uma mudança de paradigma, de termos a maior reforma de sempre de investimento da habitação em Portugal, que começámos em 2015 e 2016.

Protestos do PSD.

Não existe negação por parte deste Governo, ou desta bancada, das dificuldades que se sentem hoje na habitação — daqueles que veem os seus salários a não chegarem para pagar a casa, dos estudantes e das famílias que têm dificuldade de encontrar uma casa acessível. Não existe negação, mas para esta crise, que não é portuguesa, Sr. Deputado, a solução estrutural é mesmo aquela que a direita considera uma heresia no século XXI, que é mais Estado. E essa solução, mais Estado, entenda-se como a solução estrutural que a direita critica, vilipendia, ataca, que é mesmo o aumento do parque público no nosso País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — O PSD não apresentou nenhum programa, nenhuma proposta que resolvesse com mais eficácia ou com mais capacidade o problema da habitação em Portugal. Não apresentou nenhum programa, nenhuma proposta que solucionasse a crise da habitação para resolver as décadas de desinvestimento que o nosso País tem e que seja sequer parecido, Sr. Deputado, com o 1.º Direito ou com o Programa de Arrendamento Acessível. À direita e no PSD ensaia-se um discurso ultra demagógico de que as políticas de habitação e o Mais Habitação deste País prejudicam a economia.

Sr. Deputado, portugueses reais? Mas é que os portugueses reais, que nós estamos a apoiar com o apoio à renda, as 185 000 famílias têm mais rendimento disponível.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Sr. Deputado, falar do que prejudica a crise da habitação na economia, bom, esse também é um problema económico. É que a economia, de facto, para esta bancada, não é toda investimento imobiliário ou alojamento local.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Begonha** (PS): — Esse é, também, um problema económico e os portugueses que nós estamos a apoiar com as medidas são portugueses reais.

Mas deixe-me dizer-lhe também, Sr. Deputado, que neste Programa Mais Habitação é com estranheza que não vemos o PSD também apoiar algumas das medidas. Mas quais são as medidas, afinal, de que o PSD discorda? Uma nova parceria com os privados para construção de mais habitação acessível? O lançamento de

uma nova geração de cooperativas para que existam mais soluções habitacionais? Sejam claros e sejam transparentes.

O problema do PSD é que, querendo que recue o Estado social, não quer que a habitação seja também um grande pilar do Estado social e com investimento público no nosso País.

Aplausos do PS.

Sabendo a diferença que fazem os apoios no arrendamento, os apoios no crédito, sabendo a diferença que faz a intervenção que está o Governo e todos os municípios deste País a fazer para dar casas acessíveis, vão ao ponto de dizer que revogariam todas as conquistas e todas as medidas que foram apresentadas.

O que ninguém percebe, Sr. Deputado, é o que faria o PSD para além de voltar ao antigamente da liberalização do mercado, porque são contra a regulação das rendas, para além de reverterem as medidas do alojamento local, e porque não reconhecem o efeito da especulação no direito à habitação.

O que é que reverteriam mais? O Porta 65, que neste momento apoia mais jovens? Sr. Deputado, ficamos sem saber o que faria o PSD se fosse Governo, a não ser, de facto, destruir as conquistas que o Mais Habitação trouxe a este País e a diferença que fará na vida das pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E a lei Cristas?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Qual é a sua proposta?

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira. Faça favor.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Maria Begonha, muito obrigado pela sua longuíssima pergunta, mas, de facto, Sr.^a Deputada, desta vez correu-lhe mal. Quando escreveu isso, não estava à espera desta intervenção. Mas o tema é demasiado sério para eu brincar com ele. Podia dizer «Olhe, nem corou a dizer isso!», mas vamos falar a sério, porque isto é mesmo sério.

Vou dar três factos que mostram o total descalabro da vossa credibilidade e do resultado das vossas políticas de habitação.

Quanto ao primeiro facto, tive cuidado de ir ver e é longa, é longuíssima — é só ir ao *site* —, é longa a lista de entidades ouvidas pelo grupo de trabalho. São mais de 30! Como dizia o outro, diga-me uma que tenha batido palmas a isto. Uma! Existe, está escrito, estão lá, é só ouvir as audições.

Apontou este Governo extraordinário, este Primeiro-Ministro, o grande trabalho que fez desde 2015, mas dou-lhe dois factos. O Sr. Primeiro-Ministro disse que, em julho de 2021, quer habitação para todos até 2024. Podemos já concluir que vai ser mentira ou querem esperar mais um ano?

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Outro facto: António Costa prometeu 7500 casas de renda acessível em 2016. Nenhuma foi entregue e está comprovado que não é verdade.

Sr.^a Deputada, com aquilo que prometeram e não cumpriram, com aquilo que nem sequer prometeram e não fizeram, a Sr.^a Deputada ainda consegue perguntar-me qual é o nosso programa?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Propostas do PSD? Zero.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — É que o azar do PS é que essa lengalenga deu para seis meses, mas o PSD está a apresentar propostas e tem um programa completo para a habitação.

Aplausos do PSD.

Quando nós dizemos que revogaremos, não é a troco de nada. Temos um programa completo, coerente, para atacar com urgência o problema.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Agora lhe garanto: o vosso nem está em vigor e o desastre já é total!

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Só neste ano de 2023 as Forças Armadas já perderam 738 militares. As Forças Armadas estão a desaparecer com a convivência deste Governo e não é, certamente, a contratação de estrangeiros que vai resolver este problema.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — O que vai resolver este problema, Sr. Primeiro-Ministro, é a revisão total das condições de funcionamento, melhores vencimentos, efetivos racionalizados, incentivos à prestação de serviço, perspectiva de carreira militar de forma a diminuir esta rotatividade, reconhecimento pelo estado da importância das Forças Armadas dando-lhe relevo social, investimento no armamento e no equipamento, na sua modernização e atualização para as novas formas de atuação militar, tanto no terreno como na cibersegurança. Nas áreas da formação técnica avançada, procurar sinergias com as empresas das diversas áreas para melhorar a formação e para eventual segurança do emprego na passagem à sua disponibilidade. Se se fizer a reestruturação das Forças Armadas por esta via, é muito provável que o problema da falta de efetivos se resolva por si. Melhores salários, melhor formação, melhores perspectivas de futuro, dentro ou fora das Forças Armadas, tudo isto vai atrair mais jovens.

Como se não bastasse esta sangria de efetivos no seio das Forças Armadas, temos agora os casos de alegada corrupção que mancharam o Ministério da Defesa. Entendemos que a Sr.^a Ministra da Defesa tem de explicar como foi possível não ter conhecimento de uma rede de corrupção de tamanha dimensão instalada no seu Ministério e o que está a ser feito para evitar que situações como estas não se voltem a repetir.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila, do Grupo Parlamentar do PS. Faça favor.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje, aqui, a debater esta moção de censura, mas também me permito fazer um balanço destes 18 meses de Legislatura, essencialmente das previsões e projeções que alguns partidos da oposição fizeram e a diferença entre aquilo que diziam e aquilo que efetivamente aconteceu.

E vamos a factos. Alguns partidos da oposição assumiram que este Governo não era capaz de promover o crescimento económico e a convergência. Facto: Portugal cresce mais do dobro da média da União Europeia, assegurando uma convergência, efetivamente, com a Europa.

Aplausos do PS.

Mas mais importante que a componente quantitativa é a componente qualitativa. Esse crescimento económico assenta nas exportações e assenta no consumo interno, o que quer dizer que assenta na maior competitividade da nossa estrutura produtiva e na maior disponibilidade de rendimentos.

Alguma oposição assumiu que este Governo não era capaz de criar mais emprego e melhor emprego. Facto: temos, neste momento, no fim do segundo trimestre, a maior população empregada de sempre, 4 979 000 portugueses empregados. E temos, desde 2016, a menor percentagem de trabalhadores com salário mínimo, apesar de ter incrementado o salário mínimo com um aumento de 3570 €/ano de salário mínimo, face a 2016.

Aplausos do PS.

Facto: para mais e melhor emprego, no primeiro semestre deste ano, o salário médio cresceu 7,5 %, muito abaixo da inflação, e, essencialmente, com esta política de emprego, conseguimos tirar, desde 2015, 700 000 portugueses do risco de pobreza.

Depois, disse alguma oposição que não éramos eficazes no combate à inflação. O facto é que, neste período de 18 meses, tivemos uma inflação sempre abaixo da média europeia. Para isso contribuiu a eficácia das medidas tomadas em termos de combate à inflação, nomeadamente os fatores produtivos, o IVA zero nos alimentos, nas rendas e nos passes sociais.

Quarto aspeto: disseram que não iríamos conseguir assegurar aumentos salariais acima da inflação e que iríamos arrecadar a receita dela decorrente. O facto é que as pensões foram aumentadas acima da inflação, o salário mínimo foi aumentado acima da inflação, o salário médio está a aumentar acima da inflação, a função pública aumentou acima da inflação...

Aplausos do PS.

... e devolvemos na íntegra a receita fiscal decorrente do aumento da inflação.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Quinto aspeto: diziam que essa trajetória ia levar — ainda se lembram? — à bancarrota. O facto é que, só nos dois primeiros anos desta Legislatura, reduzimos a dívida pública em 18 pontos percentuais em relação ao PIB (produto interno bruto), ou seja, o triplo da média da União Europeia.

Mas este objetivo não é apenas uma estatística ou um *ranking*. É, essencialmente, o fator decisivo para combater as adversidades e os riscos que, neste momento, existem.

Só dois dados muito simples: se tivéssemos mantido a dívida pública nos valores de 2021 ao longo desta Legislatura, isso iria implicar termos de assumir e pagar, só este ano, mais 1560 milhões de euros de juros do que estamos a pagar.

Aplausos do PS.

Curiosamente, 1500 milhões de euros foi aquilo que já despendemos até julho deste ano em apoios para mitigar os efeitos da inflação nas famílias mais desfavorecidas.

Aplausos do PS.

O segundo dado é que se mantivermos a trajetória prevista no Plano de Estabilidade de reduzir a dívida pública, isso permitir-nos-á poupar 6500 milhões de euros em juros, que são recursos que, em vez de serem para pagar aos bancos, serão disponibilizados para reforçar o apoio às famílias, às empresas e ao investimento público.

Aplausos do PS.

Por isso, perante estes resultados, algum português poderá acreditar que estamos perante o pior Governo de sempre?

Essencialmente, ao censurarem estes resultados, estão a censurar o esforço, a resiliência, a capacidade e o empreendedorismo de 4 milhões e 979 mil portugueses que, no mercado de trabalho, concretizam estes resultados, de milhares e milhares de empresas e de empresários que, pela sua coragem e determinação, concretizam esses resultados.

Aplausos do PS.

Porque é deles o principal mérito, pelo seu esforço, determinação e resiliência.

Uma nota final: não ignoramos adversidades; não ignoramos os riscos existentes.

Existe, efetivamente, um abrandamento e uma estagnação económica. Existe uma resiliência da inflação e, particularmente no último mês, um aumento dos preços dos combustíveis. Há um aumento da taxa de juro que afeta famílias, empresas e o Estado.

Isto exige uma monitorização permanente e capacidade de resposta permanente, como tivemos até agora, bem como a capacidade de ajustar as medidas a esta nova realidade.

Exige também, no fundo, manter contas certas.

Por isso, é fundamental olharmos para aquilo que diz o Conselho das Finanças Públicas, que um saldo estrutural próximo do equilíbrio permitirá responder perante oscilações cíclicas sem incorrer em défices sucessivos.

Por isso, exige-se a todos que as decisões de mais despesa e mais receita permanentes nunca ponham em causa este equilíbrio, que é a principal razão da sustentabilidade do nosso desenvolvimento a médio prazo.

Por isso, se queremos continuar a apoiar as famílias e as empresas, é necessário ter finanças públicas sólidas, e isso implica ter finanças públicas não dependentes de oscilações cíclicas nem conjunturais, ou seja, mantendo um saldo estrutural equilibrado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pedro Nuno!

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Isto exige, pois, responsabilidade de todos, para que as opções e decisões que se tomem no presente não tenham custos incompatíveis no futuro, que ponham em causa a sua continuidade ou que sejam revertidas, como aconteceu no passado.

Curiosamente, a oposição que anunciava que íamos levar o País à bancarrota é a mesma que não aprende com os erros do passado.

E permitam-me que vos diga que quem não aprende com os erros do passado não está preparado para ser Governo no futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês levaram o País à bancarrota três vezes, três vezes!

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — A confiança que os portugueses depositam em nós exige determinação, rigor, responsabilidade, não embarcar em demagogias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fale do Sócrates!

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — ... porque somos a referência de estabilidade e sustentabilidade que reforça a esperança e a confiança no futuro do nosso País.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento.

Para formular esse pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Sérgio Ávila, veio aqui retratar a solidez financeira do País e do Governo.

Contudo, é impossível não vermos o agravamento de todos os indicadores na área do ensino. Alunos sem professor a pelo menos uma disciplina já são uma rotina, e os números batem recordes: este ano já são 80 000.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — E a falta de professores já atinge as «joias da coroa»: o Português e a Matemática.

Sr. Deputado Sérgio Ávila, se tudo está melhor, porque é que os problemas estruturais se agravam a cada início do ano?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — E não é por haver professores com falta de formação ou sem formação; o problema é que as carreiras estão congeladas e os salários não são atrativos.

E porque é que isto acontece? Porque o Ministério da Educação se transformou, nos últimos 20 anos, num desastre financeiro equiparável a uma TAP, todos os anos.

O Chega tem apresentado soluções há um ano e meio, mas parece que ninguém quer ouvir, especialmente os senhores.

A primeira solução é cortar na máquina burocrática intermédia do Ministério da Educação. É preciso cortar naquilo que é parasitário. Esses órgãos só aumentam a burocracia e prejudicam o ensino. A isto chama-se «reforma do Estado» em todos os ministérios, especialmente no Ministério da Educação.

Sr. Deputado, explique aqui hoje: dos 7 mil milhões do orçamento do Ministério da Educação, quanto é que efetivamente, em percentagem, em valor total, chega às escolas, ao terreno, aos professores e aos alunos, e quanto é que fica preso na máquina burocrática do Ministério da Educação?

A segunda solução, Sr. Deputado, e esta é bem mais importante, prende-se com os currículos escolares serem extensos e maus, verdadeiros sorvedouros de dinheiros públicos. A sociedade portuguesa tem de perceber que os contribuintes não são escravos do caos financeiro do Governo.

Aplausos do CH.

Portanto, é preciso que a sociedade portuguesa perceba como é que se governa de forma inteligente, razoável e responsável, e os senhores têm de distinguir o essencial do acessório.

O essencial não é urgente, não é imediato, não é para hoje, não é o eterno correr atrás do prejuízo. O essencial é atacar as causas estruturais e resolvê-las,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... e disso os senhores não são capazes.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou tentar responder com factos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah!

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Facto: foi com o Governo do Partido Socialista que todas as carreiras da função pública, incluindo a dos professores, tiveram a possibilidade de retomar o seu crescimento e o seu reposicionamento nas carreiras.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas isso foi há anos!

O Sr. **António Cunha** (PSD): — E o contrário também!

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — A progressão nas carreiras é património do Partido Socialista. Segundo facto, face à realidade atual: temos 1 milhão e 300 mil alunos que iniciaram as suas aulas. De facto, 98 % desses alunos têm todos os seus professores em efetividade de funções neste momento. São factos.

Aplausos do PS.

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Edite Estrela): — A Mesa não dispõe, neste momento, de inscrições.

Pausa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Faça favor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Agora é que vão falar da TAP!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se o Partido Socialista não quiser os 8 minutos, eu aceito-os, à vontade.

Realmente, tenho ficado espantado com muitas intervenções. O Partido Socialista parece que começou a governar no dia de ontem. Parece que não está a governar há oito anos, parece que não governou 21 dos últimos 28 anos, parece que começou ontem.

E eu lembrei-me que, em 1995, quando nasci, foi o primeiro ano em que António Costa entrou para o Governo, como secretário de Estado. Em 1997, passou para Ministro dos Assuntos Parlamentares. Em 1999, para Ministro da Justiça, até 2002.

Em 2003, veio a Eslovénia e ultrapassou-nos; em 2005, António Costa passou para Ministro da Administração Interna.

Em 2007, veio a República Checa e ultrapassou-nos; António Costa passou para outro alto cargo de poder, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Em 2013, Malta também ultrapassou Portugal; em 2015, António Costa passou para Primeiro-Ministro, cargo que ocupa há oito anos. Desde aí, em 2017, Portugal foi ultrapassado pela Estónia e pela Lituânia, em 2020 pela Polónia, em 2021 pela Hungria.

Protestos de Deputados do PS.

E nestes 28 anos, em que 21 o Partido Socialista esteve no Governo, Portugal está cada vez mais no fim da Europa e com os mesmos problemas, basta ver as notícias.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Factos!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E o PS, todas as semanas, traz uns pacotes e diz que vem tomar medidas.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Dez vezes mais crescimento!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E vocês deixaram de falar de crescimento!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tomar medidas em Portugal é como tomar uns copos: alguém se vira para o Primeiro-Ministro e diz: «Não quer ir ali à televisão, tomar uns copos? Vamos a isso. E o Sr. Ministro da Saúde não quer tomar uma medidazinha, mais uma? E a Sr.^a Ministra da Habitação não toma mais uma, já que toma todas as semanas e não se vê efeito nenhum? Venha tomar mais uma!»

São medidas, medidas e medidas sem resultados, e é por isso que este Governo gasta cada vez mais e faz cada vez menos, porque todas as medidas tomadas não são a sério e as que são a sério não têm sido tomadas, porque o Sr. Primeiro-Ministro diz que tem uma profunda aversão a reformas.

O grande inventário das dezenas de milhares de imóveis públicos que o Estado tem e que estão vazios, que poderiam servir para habitação social, está para fazer há 16 anos, desde 2007.

Quanto aos milhares de casas que iam construir — até 2024 já estava toda a gente com casas, tudo resolvido —, nada! Quase nem saiu do papel.

Na saúde, até 2017, toda a gente ia ter médico de família. Temos 1,6 milhões de pessoas sem médico de família, um aumento brutal.

Temos escolas sem professores, creches sem vagas e comboios só os de brincar, porque temos anos e anos de atrasos nos projetos da ferrovia.

A única coisa que o Governo toma a sério é o bolso dos portugueses. Aí, o Governo é muito bom a tomar: toma, toma, toma. É escalões de IRS até 50 %, agora até ia ao salário mínimo, praticamente, IVA alto na gasolina, IVA alto nos combustíveis... Aí, o Governo realmente não falha.

Mas depois não se vê é retorno nenhum, nem ao nível dos serviços públicos nem ao nível do crescimento económico, onde temos salários, perdoem-me, miseráveis.

Por isso, os portugueses têm, sim, uma decisão a tomar: ou querem mais 28 anos desta governação em que todas as semanas há pseudo prendas ou promessas que não dão em nada ou querem 28 anos de governação diferente, com soluções para os problemas e com crescimento a sério.

E este Portugal diferente é impossível com os mesmos políticos e com as mesmas ideias dos últimos 28 anos. Por isso, se há uma medida que os portugueses têm de tomar a sério é mudar este Governo o mais rapidamente possível, porque Portugal pode ser muito mais do que o pouquinho que tem sido com o PS.

Aplausos da IL.

Protestos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Augusto Santos Silva.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega. Embora não tenha tempo para responder, pergunto se o Sr. Deputado Pedro Frazão deseja manter o pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado, gostava de falar sobre agricultura.

Pensava que o Sr. Deputado ia falar sobre agricultura hoje, mas chega aqui e, de facto, mais uma vez, a Iniciativa Liberal acusa o Chega de trazer uma moção de censura infantil, mas existe um setor primário ao qual os senhores nunca se dirigem.

É muito fácil saber porque é que isso acontece: porque os senhores não têm uma única ideia sobre agricultura.

Sr. Deputado, diga à Câmara, diga ao País, qual é a solução que a Iniciativa Liberal traz para a agricultura em Portugal. É a mesma do Governo, é nenhuma!

Aliás, a Sr.^a Ministra da Agricultura está ali escondida, ao fundo, a ver se ninguém dá por ela, tal é o descalabro da agricultura, que está quase, quase a sair da bancada do Governo.

Risos do CH.

Quase que deixa de ser convidada para vir também aos debates do Parlamento, Sr.^a Ministra da Agricultura. Tal como já não é convidada para ir às feiras da Confederação dos Agricultores de Portugal, também se calhar vai deixar de ser aqui convidada para o Parlamento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra a Sr.^a Deputada Vera Braz.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Retomando o início deste debate, recordemos que estamos a discutir uma moção apresentada pelo Chega,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — ... e eu volto ao que foi dito inicialmente pelo líder parlamentar do PSD, que não brinca às moções, mas apresenta soluções.

Sr. Deputado, se não brincam às moções, terei de repetir, então por que motivo não votam contra esta moção? Transformem as vossas ações de acordo com as vossas declarações.

Temos também o líder do seu partido a questionar se esta moção vai fazer baixar as prestações dos portugueses, se esta moção baixa o preço dos alimentos, se esta moção resolve o problema da habitação, se resolve o assalto fiscal, os problemas no SNS Sr. Deputado, estamos totalmente de acordo que não resolve. Para isso temos o Governo do Partido Socialista, que já as está a resolver.

Mas estas perguntas são deveras importantes e, por isso, não resisto devolvê-las e a perguntar: foi o PSD que reduziu as prestações dos portugueses? Não. Foi o Partido Socialista quando, por exemplo, limitou o aumento das rendas em 2 % — algo que o PSD recusou, votando contra essa mesma proposta de lei.

Foi o Partido Socialista que reduziu as prestações das famílias ao reduzir os custos com a energia, ao reduzir os custos dos combustíveis, ao reduzir o preço dos passes para todos aqueles que precisam de ir trabalhar.

A Sr.^a **Sónia Ramos** (PSD): — Não!

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Foi o PSD que reduziu o IVA dos alimentos? Não. Infelizmente não foi, Sr. Deputado. Foi mesmo o Partido Socialista que reduziu o IVA no cabaz dos bens alimentares, o que permitiu reduzir o preço dos bens alimentares.

Agora veja-se: foi o PSD que iniciou, na política fiscal, o caminho da redução de impostos? Não me parece, Sr. Deputado. Foi precisamente o oposto.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Foi o PSD que levou o País à bancarrota? Não!

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Foi o PSD que foi mais longe. Foi o PSD que fez o verdadeiro assalto fiscal e foi com o Partido Socialista que iniciámos uma verdadeira política de justiça.

Aplausos do PS.

Foi o PS que voltou a reduzir o IRS. Foi o PS que iniciou uma política fiscal mais justa, que alivia verdadeiramente quem mais precisa.

O Sr. Deputado está equivocado. O que é mais importante não é o debate de amanhã, não é baixar os impostos com as propostas do PSD. Porque esse debate, Sr. Deputado, começou lá atrás, há quase oito anos, quando o Partido Socialista iniciou o caminho de baixar os impostos.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, quanto ao SNS — já aqui foi referido, mas deixe-me mais uma vez recordar-lhe —, o Partido Socialista dobrou o orçamento do Serviço Nacional de Saúde. O que é que fez o PSD? Cortou. Cortou na saúde dos portugueses.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Isso não é verdade!

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, seja verdadeiro e tenha a coragem de admitir a evolução que o Partido Socialista tem feito na melhoria de vida dos portugueses.

Por fim, Sr. Deputado, tudo isto só é possível com base em dois pilares: contas certas,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... que permitem redirecionar recursos para o que é mais necessário, e crescimento económico, rumo a uma trajetória de convergência com a União Europeia, rumo à estabilidade, rumo à confiança e rumo ao compromisso com o futuro que temos com os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, camarada, é isso mesmo!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para formulá-lo, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada falou em soluções e, já que falou em soluções, eu gostava de saber quais são as soluções que têm para os pensionistas. Falo dos pensionistas que vivem hoje com reformas miseráveis.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Os senhores prometem milhões e mais milhões, novas fórmulas, mas o facto é que cada vez mais os pensionistas morrem ao frio e à fome.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Acabe-se de vez com esta miséria.

A pobreza é a marca desta governação socialista. Temos 4,4 milhões de portugueses que são pobres e temos idosos a sobreviver com pensões de miséria. A fome já voltou à mesa de milhões de portugueses e o desemprego jovem é um dos maiores da Europa. Nunca, como hoje, houve tantas pessoas a viver na rua.

Acabe-se com as esmolas dos subsídios e que seja criada a pensão mínima, já proposta pelo Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — As soluções para o País estão no Chega, não estão no socialismo.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Vera Braz.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Galveias, não tenho bem a certeza se entendi a sua questão ou se foi realmente uma questão.

O que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que a melhor resposta para o País e para a sua eventual pergunta é a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Tem sido este Governo, e o Partido Socialista, que tem apoiado desde sempre os idosos, que bem referiu. Tem sido o Partido Socialista que tem dado aumentos extraordinários aos pensionistas, para além dos aumentos permanentes. Tem sido o Partido Socialista quem tem apoiado os jovens, que bem referiu.

São mais de 700 000 as pessoas que já saíram da situação de pobreza, como o Sr. Deputado referiu, e foi mesmo com este Governo, e com o Partido Socialista, que tem apoiado as famílias mais carenciadas e tem feito combate sério contra a pobreza infantil.

Com o Partido Socialista, os portugueses confiam e confiarão sempre, porque acreditam que com o Partido Socialista terão melhores condições de vida.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, eu não iria falar mais neste debate, mas...

Risos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Oh, promete, mas não cumpre!...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço silêncio.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu não iria falar mais neste debate, mas entendi que, depois de ouvir várias intervenções ao longo desta tarde, era impossível resistir a não falar.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — A carne é fraca!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria começar por esta última intervenção. Ouvimos a Sr.^a Deputada Vera Braz fazer esta questão retórica para a direita: foi, ou não, a direita que deu mais rendimentos? Foi, ou não, a direita que gerou a recuperação das carreiras? E depois respondeu que não, com um ar pomposo, à socialista. «Não».

Mas há, já agora, perguntas que a direita também quer fazer. E, já que outros à direita não as fazem, o Chega fá-las-á à mesma.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi, ou não, o PS que levou o País três vezes à bancarrota?

Aplausos do CH.

Foi, ou não, o PS que levou o País à maior carga fiscal de sempre, já assumida este ano pelos organismos do Estado? Foi, ou não, o Partido Socialista?

Foi, ou não, o Partido Socialista que disse aos professores que iria recuperar o tempo de serviço e agora estamos com greves por todo o País?

Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, já que gosta de dados, trouxe-lhe esta informação fácil de perceber, porque é da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, que tem o número de greves comunicadas à hora a que estamos aqui sentados.

O orador exibiu o documento que mencionou.

Não sei se a Sr.^a Deputada Vera Braz também quer ver.

Não sei se os médicos estão enganados, se os professores estão enganados. O Sr. Primeiro-Ministro falou da Polícia Judiciária, e diz aqui: «Trabalhadores da investigação da Polícia Judiciária em greve por tempo indeterminado». Sinceramente, já não sei quem tem razão. Não sei se são *fake news* ou se não são *fake news*, mas acho que o site da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público não deve ter *fake news*.

Portanto, o que concluímos daqui é que isto é um debate de realidade paralela. O Partido Socialista vive na realidade cor-de-rosa, de onde não quer sair; o PSD quer dar a mão e segurar-lhes o castelo, para não caírem; e há um partido que diz: «Chegaram ao fim do Governo!»

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Hoje, quando os portugueses chegarem a casa, saberão isto: da extrema-esquerda, não há muito mais a dizer; da direita piegas, há muito que vamos esquecer; e há uma direita a sério que vai vencer e que vai derrubar o Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Mas eu, Sr. Presidente, não podia também deixar de falar por isto. Ouvei os meus companheiros da Iniciativa Liberal, por quem tenho muita estima, dizer: «Ai, o Chega e o PS!...». Mas hoje, quando acordei — faço sempre isto de ver os jornais —, encontrei num jornal «O Rochinha das Feiras», que penso que será o líder ausente da Iniciativa Liberal.

Risos do CH.

Nesse jornal diz que o «metabolismo da Iniciativa Liberal» admite acordos com o PS e com o PSD. A Iniciativa Liberal, o Rochinha das Feiras. Imaginem!... O Rochinha das Feiras.

Risos do CH.

Está aqui: «O Rochinha das Feiras».

O orador exibiu o documento que mencionou.

Aplausos do CH.

Aposto que ele já está a apanhar o autocarro, com o bilhete de volta, aqui para o Parlamento para vir responder. Já não terá tempo, mas responderá noutra altura.

Eu vi isto hoje e lembrei-me que ontem já tinha visto outra coisa — destas coisas do diabo, que andam por aí. O que é que dizia? Dizia que Sérgio Gonçalves, candidato do Partido Socialista à Região Autónoma da Madeira, só tem uma linha vermelha, o Chega.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que chatice!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas admite acordos — vá-se imaginar — com a Iniciativa Liberal.

Então, chegamos ao fim do dia e percebemos, com muito orgulho, que só há um partido que nunca governará com o PS nesta Assembleia e neste País.

Oiçam! Cortaria as duas mãos, se algum dia governássemos com o Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

As duas mãos! Cortaria as duas mãos, se algum dia governasse com o Partido Socialista. Repito: cortaria as duas mãos e cortaria muitas outras partes do corpo.

Risos.

Sr. Presidente, deixe-me só dizer isto. Nunca pensei numa moção de censura ouvir o Sr. Primeiro-Ministro dizer ao maior partido — em número de Deputados, e só em número de Deputados — da oposição «você mandaram emigrar os professores», e a bancada calada. Eu, às vezes, penso que devia liderar o Chega e o PSD ao mesmo tempo!

Aplausos do CH.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Pelo amor de Deus!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Às vezes, é o que eu penso. Devia liderar os dois ao mesmo tempo, em conjunto.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Ó Ventura, tu és um lambão!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas vou dizer porquê. Porque, Srs. Deputados, eu lembrava-me desta frase de António Costa, no jornal *Expresso*: «António Costa sugere aos professores de português sem colocação que emigrem».

Que diabo! E é o Chega que tem de dizer isto ao Primeiro-Ministro?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se alguém, neste País, mandou os professores emigrar, esse alguém chama-se António Costa, bem como o Governo do PS!

Aplausos do CH.

Era isto que tínhamos de dizer! Isto foi o que aconteceu!

Portanto pergunto: quem levou o País à bancarrota? O PS, três vezes!

Que ex-Primeiro-Ministro está a ser julgado por corrupção? O PS e o seu ex-Primeiro-Ministro!

Quem mandou professores emigrar? O PS!

Quem gerou a maior carga fiscal de sempre nos combustíveis, que os portugueses tanto pagam? O PS.

Qual é o Governo que não podemos apoiar? O do PS!

Basta um mais um, é igual a dois! Mandar o PS embora! É só isto que vos peço hoje!

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Minha Nossa Senhora!

O Sr. **Presidente**: — Nesta fase de debate, está ainda inscrito, para intervir em nome do Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agora que o debate se aproxima do seu final, é absolutamente cristalina a estratégia do Chega com esta moção de censura. Decidiu trazer para este fórum e para esta Câmara os desaguisados da direita, como se isso interessasse alguma coisa aos portugueses.

Aplausos do PS.

Aquilo que gostaria de deixar muito claro, em nome do Partido Socialista, sobre o que pensamos desta moção de censura é o seguinte: os problemas da direita e a disputa do espaço da direita no nosso País não interessa nada, e não é apenas ao Partido Socialista; não interessa nada aos portugueses, que vivem hoje, evidentemente, um momento de dificuldade,...

Aplausos do PS.

... mas podem contar com o Partido Socialista para continuar a melhorar a sua qualidade e as suas condições de vida.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao longo dos últimos anos, todas as grandes narrativas e mensagens da direita ruíram e falharam, como hoje aqui ficou bem demonstrado.

Dou apenas alguns exemplos. Diziam que ninguém investiria num País governado por socialistas. Ora, Portugal bateu todos os recordes de investimento direto estrangeiro.

Aplausos do PS.

Diziam que o salário mínimo nacional geraria desemprego. Ora, temos o desemprego em mínimos históricos e o nível de emprego em máximos.

Mais recentemente, disseram que estava em curso o maior corte de sempre nas pensões, no nosso País. A verdade é que os pensionistas viram o seu poder de compra integralmente protegido, até por cima da aplicação da fórmula que está prevista na Lei de Bases da Segurança Social.

Aplausos do PS.

Mais recentemente, disseram que o IVA zero não ia resultar. Pois entidades públicas e privadas demonstram que, no cabaz alimentar que foi sujeito ao IVA zero, os preços baixaram, em linha com a redução prevista nessa mesma medida.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do CH.

O Sr. **João Torres** (PS): — E dizem agora que o Serviço Nacional de Saúde não funciona e que as políticas de habitação estão paradas, mas em 2022 o SNS teve a maior atividade assistencial da sua história e hoje estão em fase de projeto ou obra mais de 17 000 habitações públicas no nosso País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sabes o que estás a dizer!

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, o mês de setembro é um mês bastante sugestivo para se discutir uma moção de censura. E a razão é muito simples: é que as famílias com filhos lembram-se do que pagavam

pelos manuais escolares, lembram-se do que pagavam pelos passes dos transportes públicos, recordam-se de quanto pagavam pelas creches — e que agora, progressivamente, vão deixar de pagar — e têm bem presente o conjunto de medidas para mitigar os efeitos da inflação: da renda da casa e do crédito à habitação ao IVA zero; do congelamento do aumento do preço dos transportes ao apoio extraordinário que está a ser transferido, durante todo o ano de 2023, a mais de um milhão de agregados familiares, entre tantos outros exemplos que aqui poderia citar.

Os portugueses também sabem bem interrogar-se sobre as políticas públicas que teriam sido tomadas pela direita. Qual seria o valor do salário mínimo nacional? Como seriam os aumentos e as progressões na Administração Pública? O que aconteceria às pensões? Que investimento seria feito para reforçar os serviços públicos e o Estado social? Teríamos, sequer, um Plano de Recuperação e Resiliência? Quanto mais teríamos de pagar de IRS?

Sr. Presidente, os portugueses fazem estas perguntas, colocam estas questões e conhecem bem as respostas. E bem pode vir agora o PSD proclamar a sua nova paixão pela descida do IRS. O PSD viu a luz na descida do IRS sete anos depois de o Partido Socialista a praticar.

Aplausos do PS.

Orgulham-se tanto de ter mudado de posição, de ter, como diria o povo — e bem, com sabedoria —, «virado o bico ao prego», que se esquecem de uma coisa absolutamente essencial: o eleitor que rejeita o Estado social vai sempre preferir a proposta de origem, da Iniciativa Liberal, à imitação barata que agora é preconizada pelo maior partido da oposição.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Tempo! Já foi ultrapassado o tempo de intervenção!

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta moção de censura fortalece o Governo, fortalece a sua vontade, fortalece a sua determinação, recentra o Partido Socialista como o partido do povo, o partido que encontra problemas e que responde aos desafios que as portuguesas e os portugueses enfrentam, e reafirma o Partido Socialista como o partido da confiança, da segurança e da estabilidade política.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, não há limite de tempo?!

O Sr. **João Torres** (PS): — Esta moção de censura revigora, seguramente, a nossa energia para continuarmos lado a lado com as portuguesas e com os portugueses!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, vou terminar.

Seguramente, esta moção de censura renova a vontade do Governo de continuar a fazer mais e melhor pelos portugueses; e, por isso, vamos juntos continuar a fazer mais e melhor por Portugal e pelos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Agendada uma moção de censura pelo partido populista do Parlamento, constatamos que nenhuma solução foi apresentada por este partido.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Esta não é uma discussão que querem realizar com seriedade, mas nós não entramos em engodos. É que, contrariamente aos que fazem da política uma brincadeira de recreio, nós estamos preocupados com a governação e com o facto de o PS estar a conduzir o País ao empobrecimento.

Aplausos do PSD.

Este empobrecimento reflete-se na apropriação que o Estado tem levado a cabo, através da tributação dos portugueses e das empresas. Portugal atingiu máximos na carga fiscal em 2022 e continua a somar uma arrecadação da receita fiscal muito acima do esperado: mais de 2000 milhões de euros acima do esperado, só em impostos.

Entre as promessas que fazem, assistimos à degradação dos serviços públicos. No Parlamento, os vários setores da Administração Pública têm pedido audições nesta Casa, queixando-se dos ministros que prometem e não cumprem ou do total esquecimento a que foram votados.

A Sr.^a **Catarina Rocha Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — São os professores, são as polícias, são os técnicos de reinserção social, são os diplomatas — até os diplomatas! São tantos os colaboradores, que acreditar que alguma coisa está a ser feita é só mesmo para os Deputados do PS, que deixaram de escrutinar o Executivo.

Aplausos do PSD.

Os portugueses querem serviços de saúde sem filas de espera e direito a médico de família. Na escola pública querem que os seus filhos possam progredir nos seus estudos sem a instabilidade resultante da falta de professores. Na justiça querem celeridade na resolução dos processos e instalações dignas nos tribunais — talvez o Sr. Primeiro-Ministro não saiba, mas há tribunais onde até chove. Querem serviços públicos abertos para atendimento, ao contrário, por exemplo, do que acontece nos serviços de finanças, havendo serviços de finanças em que, para que haja atendimento, ainda é preciso marcação prévia.

Sr. Primeiro-Ministro, não é só nestes serviços que os portugueses desejam mais. Eles também querem que os seus problemas sejam resolvidos: os problemas que têm por não conseguirem suportar as prestações do crédito à habitação — que, em pouco mais de um ano, duplicaram, em muitos casos, de valor —, ou por não terem capacidade financeira de pagar o alojamento dos seus filhos quando estes têm de estudar fora da sua área de residência, isto porque o Governo falhou todas as promessas da disponibilização de camas para os estudantes.

É em face deste contexto que o País empobrece nos rendimentos e empobrece na esperança. Arriscamos a transformar o País num mero prestador de serviços a quem aqui vem gozar as suas férias, mas com salários baixos e pouca esperança para os jovens.

Por isso, esses jovens, principalmente os mais qualificados, continuam a sair do nosso País, para ganharem muito mais do que o que podem ganhar em Portugal — do que aquilo que podem ganhar em Portugal, enquanto o PS estiver no Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, o PS diz que o PSD não apresenta propostas, mas já foram tantas as apresentadas, e todas chumbadas acriticamente pelo PS, no Parlamento.

Aplausos do PSD.

Recordo que, antes do Governo, apresentámos soluções sérias e credíveis para as dificuldades na habitação, que o Sr. Primeiro-Ministro não conseguiu resolver em oito anos — é que o problema não começou em janeiro.

E pasme-se esta Câmara ao vermos agora que o Sr. Ministro das Finanças vem apresentar uma proposta de reescalamento dos juros, provavelmente semelhante, ou mesmo uma cópia daquela outra que o PSD apresentou em fevereiro deste ano, no âmbito do seu pacote da habitação.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o PSD apresentou, no último Orçamento, a proposta da redução do IRC. Sr. Primeiro-Ministro, nada mudou nesse campo. O que mudou é que o Sr. Primeiro-Ministro omite a forte arrecadação de receita por causa do imposto da inflação, que permite, já hoje, reduzir em 1200 milhões de euros o IRS em 2023. E sobre isto nada diz.

Aplausos do PSD.

Há malabarismo na retórica, mas não se deixem enganar os portugueses com o *Flautista de Hamelin* que conduz o PS.

Sr. Primeiro-Ministro, vai apoiar a redução de 1200 milhões de euros no IRS, em 2023? Sim ou não? É isso que deve fazer para apoiar a classe média. Tenha coragem de aceitar a proposta do PSD.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os setores mais desfavorecidos em Portugal não se limitam àqueles que estão numa situação de pobreza em termos de indicadores estatísticos. Há uma classe média que está quase no limiar e, se não houver uma preocupação de atender às necessidades deste segmento, corremos o sério risco de uma parte dessa população cair também em situações de pobreza.

Hoje estamos confrontados com o aproximar de uma grave crise social, que decorre, em grande parte, de uma inflação que teima em não abrandar e de uma política monetária que tem delapidado o património das famílias e das empresas portuguesas. E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, face a isto, este Governo, apesar de estar a arrecadar receitas recorde, nunca conseguiu implementar políticas fiscais e de rendimentos adequadas e proporcionais à crise que estamos a viver.

Apesar de podermos olhar para os números de formas distintas, não há como fugir à realidade: um em cada quatro portugueses vive com menos de 700 € por mês. Há muitas famílias que, apesar de terem um salário, veem que este não é suficiente para suportar as suas obrigações.

Nos refeitórios sociais a procura quase triplicou e há gente a comer contra a parede, com vergonha de ali estar. É a crise a chegar à classe média.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — A realidade nua e crua é que muitos dos quase 300 000 portugueses que atualmente dependem dos cabazes do Banco Alimentar contra a Fome são da classe média. Tinham emprego, férias, acesso à *internet*, TV por cabo, cartão de crédito. Hoje têm uma casa para pagar ao banco, a juros incomportáveis, e um carro que já não sai da garagem. Chegam às diversas instituições de caridade e pedem comida, ajuda para pagar o livro dos filhos, a mensalidade da casa, a conta da farmácia. Pedem, sobretudo, que não lhes divulguem o nome, porque nunca se imaginaram na posição de quem faz o gesto de estender a mão e pedir ajuda.

Além disso, temos, atualmente, uma geração de *Millennials* que vive num país muito mais pobre do que aquele em que nasceu e que não consegue sair de casa dos pais, porque com os salários tão baixos existentes em Portugal e o preço exorbitante da habitação não conseguem constituir família e ter uma vida digna.

Enquanto tivermos um PS em negação e um PSD que se tem resignado alegremente ao crescimento anémico dos últimos 20 anos, não haverá governos reformistas em Portugal.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal não é um país pobre, mas sim um país empobrecido por um Governo manchado pela inércia e pela corrupção, que tem sangrado o próprio País.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Se não quisermos lamentar-nos, daqui a meia dúzia de anos, deste lento definhar, temos de agir já.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Vamos, então, passar à fase de encerramento do debate.

Para encerrar o debate, em nome do Governo, dou a palavra à Sr.^a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato.

A Sr.^a **Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** (Elvira Fortunato): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Reunimo-nos hoje neste Parlamento para discutir uma moção de censura que, não sendo uma verdadeira moção de censura a este Governo, nos permite focarmo-nos, longe do ruído dos proponentes da moção, naquilo que verdadeiramente importa ao País.

A trave-mestra do Programa deste Governo é a aposta nas qualificações e na inovação. Portugal é, hoje, um País muito diferente do que era, fruto das políticas de educação e de ciência desenvolvidas ao longo dos últimos anos.

Boas políticas originam bons resultados, tais como: a taxa de abandono escolar estava, em 2022, em 6 % — era de 13,7 % em 2015 e de 43,6 % no início deste milénio; a percentagem de jovens sem ensino secundário era de 33 % em 2015 e desceu para metade em 2022; mais de metade dos jovens com 20 anos frequenta, hoje, o ensino superior — eram 39 % em 2015; o número de investigadores nas empresas duplicou, face a 2015; o número de contratos com investigadores doutorados financiados pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) em ambiente académico é mais do dobro hoje do que em 2015; em 2022, a despesa em I&D (Investigação e Desenvolvimento) atingiu um novo máximo histórico, de 1,73 % do PIB; desde que António Costa é Primeiro-Ministro, a despesa nacional em I&D cresceu 85 %.

Aplausos do PS.

Estes números correspondem à transformação mais relevante a que assistimos no nosso País: mais qualificações, mais conhecimento, mais inovação. É este o caminho que estamos a prosseguir com determinação e, por isso, faz sentido destacar neste debate a centralidade que o Governo dá ao sistema de ensino e ao sistema científico em Portugal.

E porque não estamos satisfeitos, este ano antecipámos todo o calendário de colocações do concurso nacional de acesso, garantindo um período mínimo de 15 dias entre a colocação na primeira fase e o início da atividade letiva, até agora inexistente e muito importante, acima de tudo, para os estudantes deslocados. Pela primeira vez, as colocações de todos os estudantes acontecem durante o mês de setembro. Deste modo, garante-se o início da atividade letiva praticamente em simultâneo para todos os novos estudantes, evitando a perda de semanas de aulas para estudantes colocados na segunda e terceira fases. Esta era uma aspiração, há muitos anos, de muitos estudantes e suas famílias, e que, pela primeira vez, se concretizou.

Queremos um sistema de ensino com respostas diversificadas e ajustadas a um número crescente de jovens cada vez mais exigentes. Deste modo, nos resultados do concurso nacional de acesso, tivemos a taxa mais elevada de colocação nas três primeiras opções. Este é um dos fatores mais relevantes para o sucesso académico, que demonstra um crescente ajustamento entre a procura e a oferta, o que fez com que 91 % dos estudantes se tenham efetivamente inscrito nos cursos em que ficaram colocados.

Aplausos do PS.

Queremos também um sistema de ensino que responda às necessidades e preocupações do País. Neste sentido, é importante realçar que todas as vagas em Educação Básica ficaram totalmente ocupadas, o que demonstra o interesse dos estudantes pela carreira docente. É também importante realçar que atingimos o maior

valor de sempre de estudantes colocados em Medicina, em virtude de alterações introduzidas no sistema de acesso ao ensino superior que permitiram aumentar o número de vagas disponíveis.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**: — Queremos um sistema de ensino que promova a equidade e as oportunidades de mobilidade social, nomeadamente através da criação de melhores condições de acesso para os estudantes muito carenciados. O contingente prioritário para estudantes beneficiários do escalão A da ação social escolar, introduzido este ano pela primeira vez, permitiu que muitos mais estudantes carenciados entrassem em cursos com notas de ingresso elevadas. Desta forma, promovemos uma maior mobilidade social, sabendo que as condições de partida dos estudantes não são todas idênticas e que devemos atuar para evitar a reprodução social das desigualdades de partida das famílias.

Aplausos do PS.

Queremos, de igual forma, dar confiança e previsibilidade aos novos estudantes e às suas famílias, nomeadamente às que têm menos recursos. Deste modo, este ano, e também pela primeira vez, as decisões dos requerimentos de bolsas de estudo foram transmitidas aos estudantes na fase da sua colocação. No próprio fim de semana da colocação, cerca de 1000 estudantes ficaram a saber de imediato que vão receber bolsa de estudo. Devido a isso, o número de estudantes cuja bolsa será paga este mês será o mais elevado de sempre.

Aplausos do PS.

Com os processos já decididos até ao dia de hoje, teremos, no mínimo, 17 000 estudantes a receber bolsa de estudo no final de setembro, o que representa quase mais 30 % de estudantes com bolsas pagas nesta data, face ao ano anterior.

Já que queremos um sistema de ensino com mais equidade e mais oportunidades para todos, o Governo tem vindo a reforçar de forma consistente e continuada as diversas modalidades da ação social direta. Nos Governos liderados pelo atual Primeiro-Ministro, o limiar de acesso à bolsa de estudo aumentou 59 % para estudantes não trabalhadores e 81 % para trabalhadores-estudantes, e os valores máximos das bolsas de estudo aumentaram 42 % para estudantes de mestrado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**: — Todos os desenvolvimentos são centrais para que, em Portugal, se possa estudar mais e melhor, e com maior sucesso académico. Temos feito uma aposta na redução do abandono no ensino superior. Apesar de Portugal ter um abandono muito inferior à média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), só no último ano foram investidos cerca de 11 milhões de euros em programas de promoção de sucesso e combate ao abandono.

Mas sabemos que há muito ainda a fazer. Um dos aspetos mais preocupantes com que Portugal e a Europa se confrontam atualmente é o da habitação. É para fazer face a isso que está em execução o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, com o maior investimento de sempre em residências públicas para estudantes. Entre 2021 e 2026 passaremos de 157 para 243 residências e de 15 073 camas para 26 772.

Aplausos do PS.

Trata-se de um reforço de 78 % na capacidade atualmente instalada. Sabemos todos, porém, que obras e empreitadas são processos que não são imediatos. A elaboração e concretização dos projetos e o cumprimento das exigentes mas importantes regras de contratação pública e de licenciamento urbanístico têm prazos que não é possível ultrapassar. Apesar disso, 60 % dos projetos contratualizados em setembro de 2022 estão já em construção ou prestes a entrar nessa fase. Este ano, já foram inauguradas duas residências e amanhã vamos

inaugurar uma terceira. Brevemente serão inauguradas mais sete residências, ainda este ano. Este esforço prosseguirá até 2026.

Uma vez que reconhecemos que esse processo requer algum tempo para a sua integral concretização, o Governo tem tomado medidas para mitigar, no curto prazo, os problemas de alojamento. Por isso, houve um reforço significativo do complemento de alojamento para estudantes deslocados. Só no último ano, este complemento foi aumentado três vezes, tendo crescido entre 17 % e 19 %, aumentando quase o dobro do que foi a evolução registada nos preços do alojamento privado.

Aplausos do PS.

No contexto da atividade científica existem igualmente diversos marcos importantes a destacar. Ao longo dos próximos seis anos, o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior irão investir 8 milhões de euros em projetos de investigação conjuntos, em emprego científico para doutorados e em formação avançada. O Defesa+Ciência é o novo programa do Governo para promover a investigação científica e a inovação na área da defesa nacional.

É neste contexto que a comunidade científica se afirma também internacionalmente. No programa-quadro Horizonte Europa, com início em 2021, Portugal já viu aprovados para financiamento um total de 1082 projetos, correspondente a um montante de 613 milhões de euros até ao primeiro semestre de 2023, e só passaram dois anos e meio, sendo que 68 % deste montante foi captado por centros de investigação e instituições de ensino superior. No Horizonte 2020 foram necessários quatro anos para se ultrapassar a meta dos 500 milhões de euros.

E porque continuamos a apostar nas pessoas, aprovámos o FCT-Tenure, um novo instrumento de financiamento desenhado com o objetivo de promover a contratação de doutorados exclusivamente e pela primeira vez para posições permanentes. É por isso que aprovámos a revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, cujas negociações com as estruturas sindicais e instituições se iniciarão em breve.

Estamos — como sempre o fizemos — a pensar nas pessoas, e isso só pode ser concretizado com boas políticas, para termos bons resultados. Acreditamos na nossa governação e em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se alguém tinha dúvidas, no final deste debate elas ficaram esclarecidas — o Chega é a única oposição ao Governo Socialista!

Risos de Deputados do PS e do PSD.

Durante esta tarde, acusaram o Chega de apresentar uma moção de censura, segundo a IL, «por birra e infantilidade», e, segundo o Bloco de Esquerda, como «um favor ao Governo e uma brincadeira».

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS fala em «encenação e farsa», o PSD diz que é uma «criancice».

Podem dizer o que quiserem, mas o que os portugueses sabem é que somos nós que temos essa coragem de olhar e dizer, olhos nos olhos, aquilo que eles pensam e sentem todos os dias: este Governo não serve a Portugal!

Aplausos do CH.

A Sr.^a Deputada Maria Begonha disse que esta moção de censura degrada a democracia. Tenho uma novidade para si, Sr.^a Deputada: o que degrada a democracia é haver Deputados em exclusividade a receber três ordenados;...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... o que degrada a democracia é a corrupção nas autarquias, particularmente nas autarquias socialistas; o que degrada a democracia é termos ministros e secretários de Estado presos por corrupção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhamos para este Governo e sentimos claramente que ele tem um défice de credibilidade. É um Governo aos farrapos, de onde já saíram ministros e secretários de Estado, e que já bateu recordes, com uma secretária de Estado a estar 25 horas no cargo. É um Governo que afastou o Secretário de Estado da Defesa por suspeitas de corrupção, mas que manteve o Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho — hoje desaparecido deste Parlamento —, envolvido num esquema de corrupção nas obras do Hospital Militar de Belém. Ainda na Defesa, soubemos ontem que o Secretário-Geral do Ministério da Defesa foi constituído arguido pelos crimes de abuso de poder e falsidade informática, mas a Ministra Helena Carreiras manteve-o no cargo. Afinal, tudo é normal neste Governo socialista. Este é o Governo que tem um Ministro como João Galamba, com o importante *dossier* das Infraestruturas, que foi demitido publicamente pelo Presidente da República.

Podia continuar e continuar, estaria horas e horas a ler as trapalhadas deste Executivo de António Costa, desde o dia 30 de março de 2022. É um Governo que não serve a Portugal, uma maioria absoluta caduca e sem rumo.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Sr. Primeiro-Ministro, vou-lhe dar mais um pouco de história: nós não nos esquecemos dos 300 000 € do ex-Secretário de Estado Miguel Alves por um pavilhão que não existe, enquanto foi autarca de Caminha; nós não nos esquecemos da trapalhada que foi o caso da TAP, com indemnizações milionárias, e de uma comissão de inquérito que tentou ocultar tudo o que por lá se passou; nós não nos esquecemos da contratação de Sérgio Figueiredo, feita por ajuste direto pelo Ministro das Finanças, com ordenado de ministro, numa clara troca de favores, e, se não fosse o Chega a denunciá-lo, ele lá estaria.

Aplausos do CH.

Nós não nos esquecemos das polémicas com a Ministra da Coesão Territorial ou com o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, a beneficiar diretamente familiares.

Se tudo isto não bastasse para censurar este Governo, vamos continuar a falar do País real. Antes, na saúde, morriam pessoas em macas, nos hospitais portugueses; hoje, morrem à porta dos hospitais, por falta de assistência. Há pessoas que, para terem uma consulta nos centros de saúde, têm de estar na fila às 4 ou 5 horas da manhã, para receberem uma simples senha.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exato!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais de 1 milhão e 600 mil portugueses estão sem médico de família, quando António Costa prometeu médico de família para todos. Para se ter médico de família rapidamente, tem de se ser imigrante, porque, nesse caso, passam à frente de todos os que estão em lista de espera.

Aplausos do CH.

E vem o Ministro Manuel Pizarro, também ausente deste Parlamento — deve andar a propagandear por este País! —, com um sorriso nos lábios, dizer que «contestação é apoio ao SNS». Não, Sr. Ministro, contestação não é apoio ao SNS! Contestação é porque os portugueses querem uma saúde melhor e o senhor e este Governo não estão à altura para resolver esse problema.

Sr.^{as} e Srs. Deputados do PSD, será que este Governo não merece ser censurado? Então, vamos ao ensino. Começou o novo ano letivo e mais de 92 000 alunos estão sem professores atribuídos. Ano após ano, a história repete-se, com um ministro que já mostrou não conseguir dar a volta à situação. Os professores continuam sem receber aquilo a que têm direito e continuam a lutar por dignidade na sua profissão. As agressões a professores aumentam de ano para ano. A profissão não é atrativa e vem o Sr. Ministro dizer, numa entrevista, que resolve a situação, porque um professor forma-se em dois anos. Não, Sr. Ministro, o senhor não consegue resolver a situação. O senhor está como este Governo: em farrapos, sem credibilidade ou autoridade.

Aplausos do CH.

Sr. Ministro, existem professores a dormir em quartos partilhados — quartos partilhados! Sr. Ministro, ficaria a dormir num quarto partilhado? Não ficaria, sabe que não.

Mas, para o PSD, também o ensino não merece a censura a este Governo.

Então, vamos falar de justiça. Temos processos e mais processos que se acumulam em tribunais; uma justiça atrasada em quase 20 anos e que tem de ser urgentemente mais célere; uma Ministra da Justiça que não reúne com os sindicatos do setor e que apenas diz «estamos a fazer acontecer». Tenho más notícias para si, Sr.^a Ministra: a única coisa que está a acontecer é a sua inércia em resolver os problemas da justiça, em resolver os problemas com os funcionários judiciais, o que faz com que os processos se tornem cada vez mais morosos.

Para dar credibilidade à justiça, ela tem de ser mais célere. Não podemos andar anos e anos com o processo da Operação Marquês e José Sócrates a fazer *jogging* na Ericeira. Não podemos correr o risco de este processo prescrever, como vai acontecer.

É a justiça a bater no fundo, como se viu no triste espetáculo deste fim de semana, com um assassino a entregar-se tranquilamente às autoridades e a não o poder fazer no sábado, porque — imagine-se! — não era um caso grave.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde está a justiça em Portugal?

Aplausos do CH.

O que dizer à família do agente Fábio Guerra, que viu o seu filho ser morto à porta de uma discoteca e um dos seus assassinos ser recebido quase como um herói que se entregou às autoridades quando quis?

Sr.^a Ministra, aquelas imagens deviam fazê-la corar de vergonha e perceber que não tem feito nada para melhorar a justiça em Portugal.

Mas, para o PSD, também a justiça não merece a censura a este Governo. Então, vamos falar da administração interna. As coisas também não vão bem. As agressões às forças de segurança multiplicam-se, as polícias perderam a autoridade e as populações o respeito por quem nos defende.

O que faz o Governo? Nada. Assobia para o lado e normaliza as agressões às forças de segurança. Normalizar as agressões é o pior que podemos fazer num Estado de direito. Como tínhamos avisado, a criminalidade jovem aumentou bastante, mais de 30 %, e nada tem sido feito por este Governo.

Não, Sr. Ministro da Administração Interna e Sr. Primeiro-Ministro, não está tudo bem. O Estado está a falhar na proteção aos portugueses e falha porque as polícias não têm meios, porque cada vez mais os concursos vão ficando com menos jovens porque a profissão não é atrativa.

Se formos à matéria dos incêndios, continua a descoordenação entre proteção civil e bombeiros. Deixar os bombeiros de fora do comando de um incêndio é indigno para quem é voluntário e está sempre na linha da frente do combate.

Aplausos do CH.

A proteção civil falhou. O Estado falha porque não limpa os terrenos e tragédias como Pedrógão podem repetir-se sempre, pois o Estado não cumpre as suas obrigações. A proteção civil continua a ser um cacique socialista que serve apenas para alimentar os lóbis partidários. Mas, para o PSD, também estes casos não merecem censura a este Governo.

Na economia e nas finanças, cofres cheios e povo na miséria. É isto o socialismo: a taxa de pobreza a aumentar; regiões, como a Madeira, com quase 30 % da população no limiar da pobreza; pessoas à espera da esmola socialista, de cheques de 125 € ou de 50 €. Temos um povo na miséria, de mão estendida, para que todos possam agradecer a António Costa.

Apoiar as populações é dar trabalho digno, com salários dignos e pensões dignas, a quem trabalhou e descontou uma vida inteira.

Aplausos do CH.

Sr. Ministro da Economia, é uma realidade que precisamos de mão de obra. Mas também é verdade que não é a mão de obra dos acordos com Marrocos, Índia ou Guiné Equatorial que nos vai resolver os problemas. Precisamos de mão de obra qualificada e não desta que têm trazido para Portugal, arrastando consigo as redes de tráfico humano. Precisamos de criar condições para os nossos jovens se manterem no País, para que as nossas universidades não estejam apenas a formar jovens para emigrar. Mas, para o PSD, também isto não é motivo de censura a este Governo.

Vem o PSD agora dizer que quer baixar impostos, mas nem uma palavra sobre os combustíveis. Desde maio que, todas as semanas, gasóleo e gasolina têm aumentado. Esse aumento já chegou a valores que nem na tróica existiram. Os empresários estão cada vez com mais dificuldades. Os portugueses têm de optar por ir trabalhar ou por pôr comida na mesa.

Entretanto, vem o Governo com mais uma medida emblemática: IVA zero para os produtos dietéticos. Sr. Primeiro-Ministro, dieta já os portugueses fazem quando vão ao supermercado e o dinheiro não chega para comprar o pão, a fruta ou a carne. Não são estas medidas que vão resolver os problemas dos portugueses.

Aplausos do CH.

Mas, para o PSD, também aqui não existe motivo para censurar este Governo.

Podíamos ir ao ambiente, onde o Sr. Ministro diz que limitar o consumo de água ou aumentar o preço é a solução para poupar água. Ou seja, pagar, pagar, pagar. É assim que o Partido Socialista quer resolver os problemas dos portugueses: aumentar a carga fiscal, pagar mais impostos e aumentar os preços.

Na agricultura, podíamos ir às promessas de pagamento de indemnizações por causa da seca, que continuam sem ser cumpridas. Ainda há uns dias, o Ministério voltou a falhar os pagamentos do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), com os quais se tinha comprometido com os agricultores — palavra dada não é palavra honrada.

Lembro também a palavra da Sr.^a Ministra da Coesão Territorial, que anunciou uma diminuição do preço das portagens na A23, na A24 e na A25 até março de 2023. Março já foi, bem como abril, maio, junho, julho e agosto, setembro está a acabar e continua tudo igual — os portugueses continuam a pagar cada vez mais portagens. É esta a palavra dada por este Governo socialista. Mas, para este PSD, também aqui não existe motivo para censurar este Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, este é o pior Governo da história do Portugal democrático. O Partido Socialista que suporta esta maioria pintou, como de costume, o país de cor-de-rosa. É aquele país que existe nos contos de fadas, mas não na realidade nem no bolso dos portugueses. O socialismo é uma máquina de fazer pobres para não se livrarem das amarras do Estado.

À hora em que estamos neste Parlamento, muitos não sabem como vão conseguir aguentar até ao fim do mês, como vão pagar as contas, o aumento do crédito à habitação, os livros dos filhos e a própria alimentação.

Portugal é um país pobre, porque sempre esteve amordaçado pelo sistema de PS e PSD. É um país que se habituou a subsídios e não a trabalho, um país que tem tudo para ser grande, mas é grande apenas para alguns.

Sim, queremos ricos. Queremos um país rico. Queremos um país onde não exista pobreza. Pode o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias meter medo aos portugueses com a extrema-direita, não nos pode é chamar racistas, xenófobos e antidemocráticos.

Aplausos do CH.

Protestos do PS e do L.

Temos tanta legitimidade para estar neste Parlamento como os senhores que estão aqui sentados. Portanto, exigimos respeito pelos 400 000 portugueses que votaram no Chega.

O que dizer dos partidos da oposição? Percebemos o incómodo do Bloco de Esquerda e do PCP, porque sabem que são os cúmplices de António Costa, uma vez que foi com eles, e por culpa deles, que, em 2015, se fez a famigerada geringonça.

Mas e o PSD? Onde anda aquele PPD de Francisco Sá Carneiro que foi sonhado e ainda hoje é idolatrado por alguns? Onde anda?

Vozes do PSD: — Está aqui!

Risos do Deputado do PS João Torres.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Desapareceu por completo. Vendeu-se ao socialismo. Concorde com o Deputado Paulo Rios de Oliveira, quando disse que os portugueses esperam mais do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Mais do que do Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, Sr. Deputado, não pode Luís Montenegro andar pelo País a criticar o Governo, a dizer que tudo está mal, e depois, quando se debate uma moção de censura a este Governo, ficar calado e abster-se.

Protestos do PSD.

Na política, não há «mas», há «sim ou não». Ou querem uma alternativa à direita ou preferem colar-se ao PS. Este é o PSD dos três F: frouxo, fraquinho e fofinho.

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do PS e do Deputado do CH Gabriel Mithá Ribeiro.

Não contem com o Chega para isso.

Já na Madeira, preferem juntar-se aos socialistas, tal como a Iniciativa Liberal, do que se juntarem à direita. Hoje não há «nim». A abstenção social-democrata é a cumplicidade com as políticas socialistas e com António Costa. Pode Luís Montenegro dar as voltas que quiser ao País, pode vender o que quiser, pode até fazer o pino ou dizer que o Chega está ao lado do PS, porque os portugueses sabem de que lado é que está o Chega.

Somos a voz dos portugueses comuns, daqueles que PS e PSD, ao longo dos anos, mandaram emigrar ou torturaram com impostos. Somos a voz dos portugueses que querem uma mudança. Somos a única oposição ao socialismo.

Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que hoje está um dia lindo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já é quase de noite!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está um dia de sol. É o dia ideal para censurar este Governo de António Costa e enviar o socialismo para o caixote do lixo da história. Ouvi comentadores a dizer que o Chega é o problema. Estão totalmente enganados, pois o Chega é a solução para Portugal.

Aplausos, de pé, do CH.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina o debate da moção de censura.
Vamos passar à respetiva votação. Solicito aos serviços que abram o período de verificação de quórum.

Pausa.

Pergunto se alguma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado não conseguiu registar-se eletronicamente.

O Sr. **José Pedro Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, o computador teve um *crash* e está tudo negro — «crashou». Não me consigo registar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É como o socialismo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, será registada a sua presença.
Sendo assim, peço aos serviços que encerrem o sistema de verificação de quórum e publicitem o resultado.

Pausa.

Temos quórum. A moção de censura é objeto de uma votação por levantados e sentados com recurso a voto eletrónico. Portanto, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que desejem votar contra têm de o assinalar na tecla vermelha «não»; se se quiserem abster, têm de o assinalar na tecla branca de abstenção; e os que desejem votar a favor têm de o assinalar na tecla verde «sim». Vamos então proceder à votação.

Submetida à votação, não obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 131 votos contra (118 do PS, 6 do PCP, 5 do BE, 1 do PAN e 1 do L), 17 votos a favor (10 do CH e 7 da IL) e 62 abstenções (do PSD).

Aplausos, de pé, do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora o PSD batia palmas!

O Sr. **Presidente**: — A reunião plenária de amanhã às 15 horas será preenchida com a fixação da ordem do dia, requerida pelo PSD, sobre o tema «Redução de Impostos» em que serão debatidas conjuntamente as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 887/XV/1.^a (PSD) — Transparência e aplicação democrática dos excessos de receita fiscal face ao Orçamento do Estado e atualização automática dos escalões do IRS;

Projeto de Lei n.º 888/XV/1.^a (PSD) — Reduzir as taxas de IRS para os jovens até aos 35 anos para um máximo de 15 %;

Projeto de Lei n.º 889/XV/1.^a (PSD) — Estímulos a aumentos na produtividade através de uma isenção de IRS e de TSU;

Projeto de Lei n.º 890/XV/1.^a (PSD) — Manutenção da redução do IRS em 2024 atento o excesso de receita fiscal cobrada face ao orçamentado e os efeitos da inflação;

Projeto de Resolução n.º 874/XV/1.^a (PSD) — Redução do IRS já em 2023 em 1200 milhões de euros garantindo a sustentabilidade das finanças públicas;

Projeto de Lei n.º 873/XV/1.^a (CH) — Estabelece a contribuição de solidariedade temporária sobre o setor bancário, destinada ao financiamento de programas de apoio à habitação;

Projeto de Lei n.º 893/XV/2.^a (BE) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para residentes não habituais;

Projeto de Lei n.º 894/XV/2.^a (BE) — Altera as deduções específicas do IRS;

Projeto de Lei n.º 895/XV/2.^a (PAN) — Aprova uma atualização intercalar dos escalões de IRS para acomodar os efeitos da inflação, alterando o Código do IRS;

Projeto de Lei n.º 903/XV/2.^a (PCP) — Aprova medidas para mais justiça fiscal visando aliviar os impostos sobre o trabalho e o consumo de bens essenciais e acabar com os regimes de privilégio das grandes fortunas e lucros;

Projeto de Lei n.º 905/XV/2.^a (CH) — Procede à prorrogação das medidas excecionais e temporárias de resposta ao aumento dos preços dos combustíveis; e

Projeto de Resolução n.º 880/XV/2.^a (L) — Recomenda ao Governo que implemente medidas ambiciosas de combate à evasão fiscal, à elisão fiscal e ao planeamento fiscal agressivo.

Muito boa tarde a todos e até amanhã.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 49 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.